

**Os Imigrantes Brasileiros na Area Metropolitana de Lisboa numa
Conjuntura de Crise. Regressar ou Permanecer?**

Raul Rodrigues Guimarães Neto

**Dissertação de Mestrado em Gestão do Território
- Território e Desenvolvimento.**

Março, 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território, realizada sob a
orientação científica da professora doutora Maria de Nazaré Oliveira Roca.

A todos os aventureiros do século XXI.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Ieder e Maria da Graça, aos meus irmãos Emanuel e Ana Luisa e à minha madrinha Lícia que mesmo na ausência sempre estiveram perto me apoiando e acreditando que tudo daria certo, pelo amor incondicional, muito obrigado!

À Professora Doutora Maria de Nazaré Oliveira Roca pela orientação na realização deste trabalho, pelos inúmeros ensinamentos, conselhos e pela amizade.

A todas as pessoas que de uma forma ou outra contribuíram para que tudo isso fosse possível, muito obrigado!

Os Imigrantes Brasileiros na Area Metropolitana de Lisboa numa Conjuntura de Crise: Regressar ou Permanecer?

Raul Rodrigues Guimarães Neto¹

RESUMO

A presente dissertação tem como objectivo determinar os factores que influenciam os imigrantes brasileiros na tomada de decisão quanto à sua estada em Portugal - se permanecer ou não, numa conjuntura económica de crise que pode estar provocando mudanças nos fluxos migratórios.

No primeiro capítulo, começa-se por discutir as principais teorias das migrações, nomeadamente as teorias micro-analíticas com destaque para as “leis da migrações” de Ravenstein e o modelo push-pull micro-analítico de Lee, as teorias macro-analíticas ou estruturais, particularmente as de Massey e Piore que abordam as migrações de trabalho, bem como as teorias de Portes no âmbito da Sociologia Económica. Especial atenção é dada às abordagens das migrações de retorno referentes às teorias da economia neoclássica, da nova economia das migrações de trabalho, da teoria da rede social transnacional e aos factores profissionais, sociais e pessoais de Alberts. As abordagens de Portes e de Alberts são consideradas as mais adequadas ao objectivo desta dissertação.

A metodologia seguida incluiu a recolha, tratamento e análise de informação contida nos Censos da População do Instituto Nacional de Estatística (INE) que foi complementada com dados dos relatórios anuais do Serviço de Estrangeiro e Fronteiras (SEF). Posteriormente, nos arredores do Consulado Geral do Brasil em Lisboa, foi realizado um inquérito a imigrantes brasileiros de vários perfis socioprofissionais, residentes na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Através do método de amostragem, conhecido por “bola de neve”, foram entrevistados 75 brasileiros.

No segundo capítulo é analisada a evolução dos fluxos migratórios do Brasil para Portugal, assim como as mudanças dos perfis demográfico e socioeconómico dos imigrantes. Observa-se o crescimento constante desses fluxos desde o início da década de 1980 até 2010, em duas vagas imigratórias distintas. A primeira vaga, de meados dos anos 1980 a meados dos anos 1990, caracteriza-se pela presença de indivíduos, maioritariamente do sexo masculino, com um perfil profissional qualificado ou altamente qualificado. A segunda vaga, com um número consideravelmente maior de imigrantes, destaca-se pela predominância de mulheres, jovens e pela presença de indivíduos com menor qualificação.

¹ raulhand@hotmail.com – raul.geo.011@gmail.com

O terceiro capítulo trata da análise e interpretação das principais variáveis que influenciam o processo de decisão do imigrante brasileiro - se permanecer em Portugal ou regressar ao Brasil. Consta-se que a grande maioria dos entrevistados quer continuar a viver em Portugal, sendo que as razões familiares são as mais importantes. Essa intenção é mais forte entre homens, mais velhos, casados, com cônjuge português, com estada mais longa e com menores qualificações. Por outro lado, a vontade de retornar, maioritariamente por razões relacionadas com o emprego, é mais forte entre mulheres, mais jovens e com maiores qualificações.

Os resultados desta investigação apontam, também, para o início de uma nova vaga migratória, que se intensificou após o ano de 2010, caracterizada pela presença de indivíduos jovens que imigraram com a intenção de continuar os seus estudos, particularmente os de pós-graduação, mas que não tencionam permanecer em Portugal depois da conclusão de seus estudos.

PALAVRAS-CHAVE: migrações internacionais de trabalho, migrações de retorno, imigrantes brasileiros.

ABSTRACT

This dissertation aims to determine which factors influence the Brazilian immigrants in decision making regarding their stay in Portugal, in an economic crisis context that may be causing changes in the direction of migration flows.

The first chapter begins by discussing the main migration theories, namely micro-analytical theories with emphasis on Ravenstein's "laws of migration", Lee's micro-analytical push-pull model and, macro-analytical or structural theories particularly those of Massey and Piore addressing labour migration, as well as theories within Portes' Economic Sociology. Special attention is given to different approaches to return migration, especially those concerning neoclassical economics theories, the new economics of labour migration, the theory of transnational social network, and Alberts' studies on professional, social and personal factors. The approaches of Portes and Alberts are considered the most appropriate to the objective of this dissertation.

The adopted methodology included the collection, processing and analysis of information contained in the Population Censuses of the National Statistics Bureau (Instituto Nacional de Estatística), which is supplemented with data from annual reports of the Office for Foreigners and Borders (*Serviço de Estrangeiros e Fronteiras*). Later, outside the Consulate General of Brazil in Lisbon, a survey was conducted to Brazilian immigrants of various socio-professional profiles, residents in the Lisbon Metropolitan Area. Through the sampling method, known as "snowball", 75 Brazilians were interviewed.

The second chapter analyzes the evolution of migration flows from Brazil to Portugal, as well as changes in the immigrants' demographic and socioeconomic profiles. There was a steady growth of these flows since the early 1980's until 2010. In this period, two migration waves were identified. The first wave which lasted from

mid-1980s to mid-1990s is characterized by the presence of highly skilled individuals, mostly male. In the second wave female, young lower skilled immigrants predominate.

The third chapter deals with the analysis and interpretation of the main variables that influence the decision process of the Brazilian immigrant - whether to stay in Portugal or return to Brazil. It came out that a large majority of respondents intend to continue living in Portugal, and that family reasons are the most important. This intention is strongest among men, older, married, with a Portuguese spouse, with longer stay and with lower skills. On the other hand, the desire to return, mostly for reasons related to employment, is stronger among women, younger and with higher skills.

The research results also point to the beginning of a new migration wave, which intensified after 2010, characterized by the presence of young individuals who immigrated with the intention of continuing their education, particularly post-graduate, but do not intend to stay in Portugal after they finish their studies.

Keywords: international labour migration; return migration; Brazilian immigrants.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL E METODOLÓGICO	
I. 1. Enquadramento teórico-conceptual.....	3
I. 2. Metodologia.....	13
CAPÍTULO II. A IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL E NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	
II. 1. As políticas de imigração em Portugal.....	16
II.2. Evolução dos fluxos migratórios.....	19
II. 3. Caracterização sócio-demográfica e económica dos imigrantes brasileiros.....	26
CAPÍTULO III: IMIGRANTES BRASILEIROS NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: PERMANECER OU REGRESSAR	
III. 1. Perfil predominante dos entrevistados.....	37
III. 2. Intenção dos imigrantes brasileiros quanto à continuação de sua estada em Portugal.....	39
III. 3. Razões dos imigrantes brasileiros para continuar a viver em Portugal.....	49
III. 4. Razões dos imigrantes brasileiros para não continuar a viver em Portugal.....	63
CONCLUSÕES.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
LISTA DE QUADROS.....	71
LISTA DE FIGURAS.....	73
ANEXO I: QUESTIONÁRIO.....	75
ANEXO II: QUADROS COM FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS.....	79
ANEXO III: QUADROS.....	82

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, ficou evidente que o Brasil estava a se tornar um país de emigração. Este processo intensificou-se na segunda metade dessa década, quando os níveis de desemprego se elevaram. Desde então, a emigração brasileira para Portugal tem vindo a aumentar como atestam dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) que demonstram que enquanto, em 2003, residiam legalmente em Portugal 26.561 brasileiros, em 2007, este número já havia duplicado (55.665). Paradoxalmente, em fins da primeira década deste século, quando deflagra a crise económica mundial com sérias repercussões em Portugal, ao mesmo tempo em que se registam progressos notáveis na economia brasileira com reflexos no aumento do emprego, o número de brasileiros com o estatuto de residente quase que duplicou (106.704 em 2008), atingindo 119.363 em 2010. Como é apontado no último relatório do SEF (2010), “ a par do decréscimo do stock de estrangeiros residentes em Portugal, verifica-se a consolidação do predomínio do Brasil, com decréscimo do peso relativo de Cabo Verde, Angola e Guiné Bissau, comunidades estrangeiras tradicionais em Portugal, e dos designados novos fluxos migratórios do Leste Europeu (Ucrânia e Moldávia)...” (SEF, 2010: 7).

De acordo com Roca e Oliveira (2010:82), *“a importância dos brasileiros nos fluxos mais recentes pode ser explicada: pelos acordos assinados entre Brasil e Portugal, os quais facilitaram a regularização da imigração; pela expansão dessa comunidade que, ao longo do tempo, foi consolidando redes sociais (formais e informais) de apoio aos novos imigrantes; por acentuadas diferenças regionais do mercado de emprego no Brasil, apesar da sua expansão considerável nos últimos anos”*.

Segundo Nunan e Peixoto (2012), a crise económica internacional desencadeada em 2008, que atingiu principalmente os países desenvolvidos, afectou consideravelmente as migrações internacionais, podendo anunciar o início de um novo paradigma, com um novo arranjo de regiões atractivas e emissoras e um novo perfil de migrantes internacionais.

Tendo em vista o exposto acima, a presente dissertação tem como objectivo determinar os factores que influenciam os imigrantes brasileiros na tomada de decisão quanto à sua estada em Portugal - se regressar ou permanecer, numa conjuntura económica que pode estar provocando mudanças nos fluxos migratórios entre Portugal e Brasil.

CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL E METODOLÓGICO

I. 1. Enquadramento Teórico-conceptual

Essa dissertação centra-se nas migrações internacionais, nomeadamente nas migrações de trabalho do Brasil para Portugal. O termo migração é entendido como a mudança de residência, temporária ou permanente, de um território para outro. Segundo Castles (2000), as migrações são parte integrante do processo de globalização. Porém, ao contrário da liberalização dos fluxos de bens e capitais, as migrações são regularmente vistas como potenciais ameaças à soberania e identidade nacionais, sendo que muitos governos e movimentos políticos procuram restringi-las.

No âmbito da abordagem micro-analítica das migrações de trabalho, a decisão de migrar ou não, é tomada pelo indivíduo, principalmente através da análise e da ponderação dos custos e benefícios esperados pelo indivíduo nos locais de origem e de destino. Esta abordagem é sustentada pelo modelo económico neoclássico. Está focada directamente no potencial económico do território, para que assim se possa determinar qual vai ser a decisão do indivíduo, migrar ou não. Muniz (2002) descreveu esta abordagem do seguinte modo:

“Os modelos neoclássicos de decisão sobre migração, em sua maioria, levam em conta uma estrutura de custos e benefícios que são contabilizados sob o ponto de vista do indivíduo e, em alguns casos, sob o ponto de vista da família. Em um contexto micro, os investimentos em educação, treinamento e migração, normalmente são vistos como investimentos em capital humano, e visam sobretudo a ascensão social e a melhoria das condições de vida” (Muniz, 2002: 3).

O geógrafo Ernest George Ravenstein (1885) com as suas “Leis das Migrações” é um dos autores mais reconhecidos da abordagem micro-analítica e representa a base para todos os modelos de migrações modernos de atracção-repulsão ou, na sua denominação em língua inglesa, o modelo *push-pull*. Este modelo desenvolvido mais tarde por outro geógrafo, Everett S. Lee (1966), considera que, no centro dos processos migratórios, se encontra a decisão de um agente racional que, na posse de informação sobre as características relativas das regiões A e B, e de dados contextuais

pertinentes à sua situação individual e grupal, se decide pela permanência ou pela migração. A leitura que Ravenstein faz da realidade é, no entanto, tipicamente económica.

Nessa visão micro-analítica e determinista são estabelecidas as seguintes “leis”:

1. A maioria das migrações tem lugar a curta distância.
2. As migrações ocorrem em etapas.
3. Os migrantes de longa distância geralmente deslocam-se para áreas urbanas.
4. Cada migração produz um movimento em sentido oposto, embora não necessariamente com o mesmo volume.
5. Os habitantes das áreas rurais têm mais tendência para migrar do que os habitantes das áreas urbanas.
6. As mulheres têm maior tendência para migrar do que os homens dentro do próprio país, mas os homens prevalecem nas migrações a longa distância.
7. A maioria dos migrantes é adulta.
8. As grandes cidades crescem mais pela migrações do que por crescimento natural.
9. As migrações aumentam com o desenvolvimento económico.
10. As migrações devem-se principalmente a causas económicas.

Mais tarde, nos modelos micro-analíticos, às variáveis económicas juntam-se variáveis comportamentais, provenientes da teoria behaviorista ou comportamentista (Peixoto, 2004). Os custos podem ser representados: pelo valor das despesas básicas; pelas perdas psíquicas resultantes do afastamento de familiares ou de amigos; pelos custos de oportunidade envolvidos no processo de mudança; pelo aumento do custo de vida. Por outro lado, os benefícios podem ser na forma de satisfação pessoal ou no trabalho - no aumento dos rendimentos, no ganho em actividades não relacionadas com o mercado e/ou com a melhoria da qualidade de vida (Muniz, 2002:3).

Outras teorias procuram explicar que factores causam o fenómeno das migrações utilizando uma abordagem puramente económica, como é o caso das

teorias sobre o mercado de trabalho, no âmbito da abordagem macro-analítica ou estrutural. Segundo Massey et al. (1993), a procura de trabalho por parte da sociedade em geral é o factor de base que gera as migrações. Com isso, estes autores afastam-se da ideia de decisão dos indivíduos como unidades singulares. Logo, não se pode fazer uma análise homogénea da posição do migrante no mercado de trabalho uma vez que, a economia globalizada actua de diferentes maneiras em países distintos.

Segundo Piore (1979, em Figueredo, 2005:33), a génese da dualização do mercado de trabalho encontra-se em diversas economias. Este autor sugere três explicações plausíveis: uma de carácter optimista (considera os fluxos migratórios em resposta à escassez do factor trabalho no país de acolhimento); outra de carácter pessimista (vê a procura de migrantes como a resposta à necessidade de preencher a posição de base na pirâmide da hierarquia social) e uma última de carácter intermédio, denominada de teoria do mercado de trabalho dual.

Segundo a abordagem optimista, numa altura de expansão económica é necessária uma maior quantidade do factor trabalho, o que promove a expansão do mercado; logo, o mercado interno se revelará, por vezes, incapaz de fornecer a mão-de-obra necessária. As empresas terão que melhorar as condições de trabalho e/ou aumentar os salários para atrair trabalhadores ou reduzir os salários com o objectivo de contratar mais trabalhadores, utilizando uma menor quantidade de capital e maior quantidade de trabalho. Porém, nesta situação, o emprego total teria de se reduzir pelo desaparecimento dos empregos onde se verifica a escassez de trabalhadores ou então, com a transferência desta escassez para outros empregos. Logo, a alternativa é recrutar trabalhadores estrangeiros (Figueredo, 2005:33).

A abordagem pessimista refere a existência de hierarquias de status social como a principal força motivadora das migrações quando se trata de preencher empregos com menor prestígio social que, a partir de uma determinada altura, no processo de desenvolvimento das economias, os trabalhadores nacionais recusam preencher, pela falta de estatuto social que lhes está associado. Logo, estas vagas em postos de trabalho localizados na base da pirâmide possuem os menores salários e serão preenchidas por imigrantes. Isto, numa lógica de oferta e procura deste factor

produtivo, indica que o salário mínimo se torna o ponto de entrada no mercado de trabalho do país de acolhimento (Figueiredo, 2005:34). Entretanto, para o imigrante, o status social não é relevante ou, pelo menos, não tão importante como para as populações locais, pois um dos objectivos do imigrante é fazer parte da estrutura social do país de acolhimento.

A abordagem intermédia considera o mercado de trabalho como uma realidade heterogénea. Esta explicação não é equilibrada, como a perspectiva defendida pelos neoclássicos como pressuposto de homogeneidade relativamente aos diversos mercados existentes. Heisler (2000) denomina estes segmentos de - mercado primário e mercado secundário, e indica que os imigrantes têm escassos canais de comunicação, independentemente de serem canais formais ou informais, existindo entre esses mercados pouca mobilidade social e profissional, ou seja, o imigrante dificilmente terá a possibilidade de ascensão económica e social. Portanto, a posição do imigrante no mercado de trabalho vai depender de sua qualificação inicial.

Na maior parte dos casos, os imigrantes localizam-se predominantemente no segmento secundário do mercado de trabalho, enquanto que os empregos no segmento primário são ocupados pelas populações locais da sociedade do país de acolhimento. Claro que, na medida em que os imigrantes não possuem qualificação adequada para pertencer ao mercado primário do país de destino, estes são obrigados a se adequar ao segmento secundário do mercado de trabalho. Segundo Heisler (2000), no segmento secundário, os imigrantes são explorados pois representam mão-de-obra barata e, ao contrário do que ocorre no mercado de trabalho primário, diminuem as oportunidades de mobilidade e de ascensão social e profissional.

Outra abordagem teórico-conceptual refere-se às redes sociais ou laços sociais como principal causa dos fluxos migratórios internacionais (Massey et al., 1998, em Castro, 2011). Os laços sociais podem ser classificados: primeiro, em “laços fortes” que são caracterizados por transacções mais intensas entre os actores envolvidos. São mais comuns em pequenos grupos bem definidos, tais como famílias, grupos com parentesco ou organizações comunitárias; segundo, em “laços fracos”, definidos por

relações indirectas com nenhum contacto directo. Por exemplo, interacções entre “amigos de amigos” são um bom exemplo de laços sociais fracos.

Os laços sociais são uma série contínua de transacções de reciprocidade podendo promover o suporte económico e/ou a interação numa rede social mais ampla. Os laços sociais são um pré-requisito para a acumulação e utilização de várias formas de capital social, que pode ser entendido como a capacidade dos indivíduos para gerir recursos. Tais recursos podem incluir informações sobre postos de trabalho em um potencial país de destino e informações relacionadas com o transporte, bem como empréstimos e até mesmo apoio emocional. Podem distinguir-se, pelo menos, dois tipos diferentes de redes: primeiro, redes de interação social, baseadas no parentesco e laços comunitários, que se estendem desde a família à comunidade; segundo, organizações baseadas em laços étnicos, profissionais ou religiosos. As redes compostas por parentes e amigos desempenham o papel de fornecer informações e auxiliar no processo migratório. Os parentes e amigos agem como elemento incentivador, despertando o interesse do potencial imigrante. Funciona, também, como “ pilar” ajudando a adaptação e familiarização do imigrante no novo ambiente. Neste sentido, as migrações recentes resultariam também de um momento do desenvolvimento das redes sociais, mais do que apenas da ocorrência de crises económicas. Segundo Massey (1990 em Sasaki e Assis, 2000: 10)

“As redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem a específicos pontos de destino nas sociedades receptoras. Tais laços unem migrantes e não migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados” (Massey, 1990 em Sasaki. e Assis, 2000: 10)

Uma nova abordagem teórica das migrações vem tentar diminuir a distância existente entre o pensamento económico e o não-económico. Tal teoria tem como autor principal o sociólogo Alejandro Portes (2007), que mais tem aprofundado o estudo das migrações com recurso às perspectivas abertas pela Sociologia Económica. Uma das vantagens da Sociologia Económica é combinar, de alguma forma, o enfoque

fundador da economia neoclássica, que é baseado na ideia de escolha racional, com o da sociologia holística, que aponta para os vínculos estabelecidos pelas forças sociais. Para simplificar, conjugando as formas de observar a realidade das perspectivas “individualista” e “holística” obtêm-se as seguintes variáveis: mercados de trabalho e rendimentos, no caso da Economia; modalidades individuais de acção e redes sociais, no caso da Sociologia. Cabe agora encontrar o ponto de intersecção entre as variáveis para assim poder-se traçar conclusões mais específicas para cada situação migratória.

Qualquer que seja a abordagem escolhida sobre as causas das migrações internacionais, é necessário levar em linha de conta a relação entre o fenómeno da globalização e as migrações internacionais. Cobrindo uma vasta gama de diferentes tendências políticas, económicas e culturais, o termo globalização ganhou destaque em diversos temas das Ciências Sociais. Entretanto, a globalização não pode ser entendida como um termo que resume, de maneira superficial, todos os temas relacionados com as Ciências Sociais, numa conjuntura actual. A globalização deve ser entendida como parte do fenómeno e não como “o fenómeno”. Exemplo disso é a relação entre a globalização e as migrações internacionais, pois, a globalização proporcionou a troca de informações de maneira mais rápida desprezando as distâncias geográficas. Como consequência, modificou a intensidade das migrações e ampliou o número de potenciais destinos.

No século XXI, a globalização afecta os deslocamentos espaciais da população. Nos dias de hoje, o horizonte do migrante não se restringe à cidade mais próxima, nem à capital de um estado ou de um país. Seu horizonte é o Mundo. O migrante vive num Mundo onde a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente num espaço curto de tempo, dissipa informações, estimula consumos, e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor.

Pode dizer-se que, de certa forma, as migrações internacionais são um efeito colateral do principal objectivo da globalização, que foi a abolição de barreiras alfandegárias, proporcionando maior facilidade de circulação de bens, capitais e informação. Segundo Massey et al. (1998: 277, em Martine 2005: 8), a globalização constitui o motor principal das migrações internacionais.

No entanto, no que se refere à circulação de pessoas, a maior parte dos países tem regras muito restritivas. As dificuldades impostas às migrações num momento histórico em que se propiciam os intercâmbios em tempo real de informações e para cujo efeito se derrubam as barreiras que inibem a circulação de bens e ideias, revelam as assimetrias de uma globalização que inclui indivíduos, populações, países e regiões, mas ao mesmo tempo exclui outros tantos (Castells, 1999). Segundo o Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais (2005: 15), quando se compara a actual globalização das migrações internacionais à globalização financeira são claros os sinais de seu carácter limitado. Estes dizem respeito à livre mobilidade das pessoas entre países que se resume quase exclusivamente a uma das regiões do Mundo - a União Europeia. Segundo dados do Banco Mundial (2003), ao mesmo tempo em que os países mais desenvolvidos têm promovido a integração dos mercados através da liberalização do comércio e dos investimentos, o mesmo não aconteceu à liberalização das políticas migratórias. Quase todos os países desenvolvidos têm fortes barreiras legais à entrada de estrangeiros à procura de trabalho ou residência. Apesar dessas barreiras, o número de pessoas que vivem fora dos seus países não pára de aumentar. De 1990 a 2005, o número aumentou de 120 milhões para 191 milhões. De acordo com Fritz (2005), os migrantes representavam 2,9% da população mundial, o que faria deste contingente o sexto país mais populoso do Mundo.

Em função da globalização, as migrações internacionais podem adquirir maior importância. Segundo Martine (2005), o aumento da mobilidade de mão-de-obra redundaria num aumento da produção mundial e, conseqüentemente, geraria condições para a melhoria do bem-estar da população. Segundo Ratha (2003, em Martine, 2005), dada a enorme discrepância nos níveis de rendimentos entre países ricos e pobres, a maioria dos economistas, assim como muitos dos tomadores de decisão nos países em desenvolvimento, vislumbram grandes benefícios no aumento da mobilidade do trabalho. Martine (2005), citando estudos de Winters (2003), Rodrik (2001) e Ratha (2003: 168), estima que o bem-estar mundial aumentaria em mais de 150 mil milhões de dólares se os países desenvolvidos aumentassem sua quota de trabalhadores internacionais temporários até 3% da sua força de trabalho.

Entretanto, os países mais ricos, que são o destino preferencial dos migrantes, consideram que a entrada massiva de migrantes lhes seria prejudicial. Mas Martine (2005) indica que uma entrada mais intensa de migrantes, por exemplo, em torno de 3% a 4% da força de trabalho dos países de maior dinamismo económico, seria perfeitamente viável e, segundo a lógica predominante, altamente benéfica.

A forma com que o imigrante é visto está presente em uma linha tênue que varia de acordo com a situação económica e de bem-estar social que o país em questão vive. Segundo Martine (2005), os recém-chegados no continente europeu são vistos pela população nacional como competidores de empregos, como inflacionadores dos custos dos serviços sociais e das infraestruturas e dos serviços de proteção social e como uma ameaça permanente à estabilidade social e política dos países de destino.

Concluindo, é preciso mostrar de forma mais directa as vantagens e desvantagens das migrações internacionais no actual contexto de um mundo globalizado. Embora existam muitos estudos apontando os benefícios das migrações internacionais para o mercado global, o medo que assombra os tomadores de decisão e a população dos países mais desenvolvidos é mais forte.

Além ser importante conhecer as principais abordagens teóricas das causas das migrações, o entendimento das causas e razões dos migrantes para retornar ao país de origem ou permanecer no país de acolhimento é de fundamental importância para o tema desta dissertação.

As migrações de retorno, como um sub-processo das migrações internacionais, têm tido várias abordagens que oferecem conjuntos contrastantes de proposições decorrentes da economia neoclássica, da nova economia das migrações de trabalho e da teoria da rede social transnacional (Cassarino, 2004). A relação entre migrações e desenvolvimento realçou a necessidade de rever as diversas abordagens das migrações de retorno. Além disso, a crescente diversidade de categorias de migrantes (migrantes económicos, migrantes de redes sociais, refugiados e requerentes de asilo) requer que seja feita uma distinção entre os vários tipos de retorno, ou seja, é necessário saber quem retorna, quando e porquê.

A abordagem da Economia Neoclássica baseia-se na noção de diferenciais de salários entre áreas de recepção e envio, bem como sobre as expectativas dos migrantes de obterem rendimentos mais elevados nos países de acolhimento (Todaro 1969, em Cassarino, 2004). Consequentemente, as migrações de retorno parecem ser vistas como o resultado de um fracasso, de uma experiência que não deu os benefícios esperados. Em outras palavras, na postura neoclássica, as migrações de retorno envolvem exclusivamente os trabalhadores migrantes que calcularam mal os custos da migração e que não colheram os benefícios decorrentes de maiores rendimentos. O retorno ocorre como consequência de suas experiências fracassadas no exterior ou porque o seu capital humano não era adequado.

Na nova economia das migrações laborais, afirma-se que as migrações não podem ser explicadas exclusivamente pelos diferenciais de rendimentos existentes entre as várias regiões. São introduzidos outros factores explicativos, para além das diferenças de rendimentos, como por exemplo, a posse de capital para iniciar uma actividade empresarial e a possibilidade de encontrar um bom emprego. Normalmente, a decisão de migrar obedece a estratégias familiares de longo prazo (Castles, 2005 em Henriques, 2009). Logo, o retorno ocorre quando a estratégia familiar de longo prazo não teve os resultados esperados.

Na teoria da rede social transnacional, os repatriados que mantêm fortes vínculos com seus lugares de origem em outros países são considerados imigrantes. No entanto, tal teoria não se limita à uniformização acima mencionada. As ligações podem reflectir uma experiência de migração sustentada por contactos no país natal, o que abrange vários tipos de migrantes. Este tipo de rede social oferece maior segurança caso a migração não seja bem sucedida, proporcionando os recursos necessários para garantir o retorno ao país de origem. Estas estruturas sociais aumentam a disponibilidade de recursos e informações, enquanto asseguram as iniciativas efectivas de migrantes de retorno. (Eccles e Nohria, 1992 em Cassarino, 2004).

Segundo Alberts (2005:139), os principais factores que actuam na decisão de retornar ou permanecer, são os factores profissionais, sociais e pessoais. Os factores profissionais incluem quaisquer razões relacionadas com salários, condições de

trabalho e oportunidades de progressão profissional. No país de acolhimento, quando o mercado de trabalho é muito competitivo, este torna-se num factor de repulsão para o imigrante. Ao mesmo tempo, quando existe algum tipo de incentivo financeiro do país natal do imigrante para retornar, este torna-se num factor de atracção. Por exemplo, o governo chinês oferece incentivos para os emigrantes qualificados retornarem, fazendo com que as oportunidades profissionais no país se tornem mais atraentes.

Os factores sociais dizem respeito à forma como o imigrante se sente no contexto social, político e cultural. Isto inclui a forma como o imigrante se sente vivendo em uma sociedade com diferentes padrões de comportamento aceitável, relações de género e expectativas. Isto pode ser devido, em parte, a sentimentos de insatisfação geral com a experiência de migração projectada pelo país anfitrião. Para muitos imigrantes, esta experiência pode representar o contacto com uma cultura e estilo de vida alienígenas:

“Your culture is part of you, and so sometimes it is difficult to completely leave part of you behind” (Alberts, 2005:142).

Já os factores pessoais estão relacionados com as circunstâncias pessoais de um indivíduo, tais como a situação familiar e redes de amizade. Estes factores, ou a importância dada a eles, muitas vezes estão intimamente ligados com as questões sociais e culturais. Por exemplo, laços de família podem ser facilmente confundidos com factores sociais ou pessoais. Os factores pessoais podem facilmente contribuir para a permanência do imigrante, seja quando o imigrante constrói um vínculo afectivo com um natural (relação estável ou casamento) ou quando o imigrante resolve mudar de estilo de vida.

Deve notar-se que nem sempre é possível atribuir um factor específico a apenas uma destas categorias, que não são mutuamente exclusivas e, em muitos casos, são interdependentes. Por exemplo, as circunstâncias e as preferências pessoais são formadas por algum grau de normas sociais. (Alberts, 2005:139).

Para abordar a temática da imigração brasileira para a Área Metropolitana de Lisboa foram escolhidas as teorias da “nova sociologia económica” pois estamos

tratando de dois países com grandes laços sociais criados pela proximidade histórica, e as teorias sobre o mercado de trabalho. Uma vez que a conjuntura económica de Portugal é de crise, serão levados em linha de conta os factores profissionais, sociais e pessoais mencionados por Alberts (2005) que podem influenciar a decisão da população imigrante brasileira a permanecer ou não em Portugal.

II. 2. Metodologia

A fim de se identificar as principais causas e motivos das migrações internacionais de trabalho e seus fluxos de retorno e, particularmente, da imigração de brasileiros para Portugal, foi feita pesquisa e revisão crítica de trabalhos de autores reconhecidos nacional e internacionalmente.

A análise da evolução, da distribuição geográfica e das características sociodemográficas e económicas dos fluxos migratórios do Brasil para Portugal, foi baseada em informação contida nos Censos da População do Instituto Nacional de Estatística (INE), referente aos anos de 1981, 1991, 2001 e 2011. Esta informação foi complementada por dados estatísticos contidos nos relatórios anuais do SEF.

Com o objectivo de determinar os factores de ordem económica, social, política, familiar e pessoal que podem influenciar os imigrantes brasileiros quanto à decisão de permanecer ou não em Portugal, foi realizado um inquérito a imigrantes brasileiros residentes na Área Metropolitana de Lisboa.

Foram entrevistados 75 indivíduos que satisfizeram os seguintes requisitos:

- ser residente na Área Metropolitana de Lisboa;
- ter nacionalidade brasileira ou dupla nacionalidade (brasileira e outra);
- ter 18 ou mais anos de idade.

O inquérito teve lugar nos meses de Junho e Agosto de 2012, à porta do Consulado Geral do Brasil em Lisboa, uma vez que lá é possível encontrar cidadãos brasileiros de vários perfis socioprofissionais, residentes na AML, área de actuação consular.

Foi utilizado o método de amostragem conhecido por amostragem tipo “bola de neve” (Biernacki e Waldorf, 1981 em Baldin e Munhoz, 2011), que consiste na recolha da amostragem através de cadeias de referência. A escolha dos inquiridos procurou respeitar ao máximo a composição por sexo e idade de nacionais brasileiros residentes em Portugal, segundo os dados do Censo da População de 2001, uma vez que os dados do Censo de 2011 não estavam ainda disponíveis no momento do desenho da amostra. Assim, dos 75 inquiridos, 57,3% são do sexo feminino e 42,7% do sexo masculino, sendo que a faixa etária predominante foi a dos 25 aos 34 anos de idade (45,9%) (Quadros 1 e 2).

Quadro 1. Inquiridos por sexo.

		N	%
Sexo	Masculino	32	42,7%
	Feminino	43	57,3%
	Total	75	100,0%

Quadro 2. Inquiridos por faixa etária.

		Count	Column N %
Idade	18-24 anos	13	17,6%
	25-34 anos	34	45,9%
	35-44 anos	7	9,5%
	45-54 anos	10	13,5%
	55 ou mais	10	13,5%
	Total	74	100,0%

O questionário foi dividido em blocos de perguntas.² Com o primeiro bloco de perguntas pretendeu-se traçar o perfil demográfico e socioeconómico dos entrevistados. Assim, foram incluídas as seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil,

² Uma cópia do questionário encontra-se no Anexo I.

nacionalidade, Estado de nascimento, Estado de partida do Brasil, nível de escolaridade completa, profissão, ramo de actividade, situação quanto ao emprego, tipo de vínculo laboral, rendimento mensal. No segundo bloco de perguntas procurou-se recolher informação sobre o agregado familiar do entrevistado: sexo, idade, grau de parentesco, nível de escolaridade completa, condição perante o trabalho, tipo de vínculo laboral. O terceiro bloco do questionário era formado por perguntas com respostas do tipo aberto relacionadas com a questão principal desta dissertação, ou seja, a intenção do imigrante de permanecer ou não em Portugal. No início, perguntou-se sobre as razões/motivos da saída do Brasil, da escolha de Portugal como país de imigração e da escolha da AML como área de residência e de trabalho. Depois foram colocadas questões sobre as razões do entrevistado para continuar a viver em Portugal ou regressar ao Brasil ou ir viver para outro país.

Os questionários foram introduzidos numa base de dados Excel. Esta base de dados serviu de *input* para a elaboração de quadros com cruzamentos de duas variáveis, com a utilização do programa SPSS. As variáveis sobre a intenção de permanecer ou não em Portugal foram cruzadas com as seguintes variáveis de controlo: sexo, idade, estado civil, nacionalidade do cônjuge, década de chegada, nível de instrução, profissão, nível de rendimentos, razões da saída do Brasil, razões da escolha de Portugal.

Sempre que possível, os resultados do inquérito foram comparados com trabalhos de investigação semelhantes realizados em Portugal e no estrangeiro.

CAPÍTULO II. A IMIGRAÇÃO BRASILEIRA EM PORTUGAL E NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

II. 1. As políticas de imigração em Portugal

Para melhor perceber a dinâmica dos fluxos migratórios para Portugal, é necessário analisar a legislação relacionada com a imigração, principalmente os processos de legalização que, em boa medida, contribuíram para o aumento da população de nacionalidade estrangeira em Portugal, a partir da segunda metade da década de 1970.

Em 1974, a política migratória portuguesa sofreu grandes mudanças pois, nesse ano, documentos legais relativos à nacionalidade tornaram-se extremamente necessários devido ao final do Império Colonial Português, e ao subsequente acesso das ex-colónias à independência, possibilitando o retorno ou instalação pela primeira vez de mais de meio milhão de indivíduos em Portugal (Pires et al., 2010 em Malheiros et al., 2012:14). Em 1975, as pessoas naturais dos antigos territórios portugueses em África (Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau) tiveram garantido, por meio do Decreto-lei n.º 308-A/75, de 24 de Junho, o direito à nacionalidade originária portuguesa até o descendente de terceiro grau do português (bisneto), o que serviu de atractivo para a posterior imigração de pessoas dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALP), uma vez que a população portuguesa que migrou para os PALP em décadas anteriores, proporcionou a criação de laços sanguíneos com naturais africanos. Assim, entre 1975 e 1979, o contingente de nacionais de África em Portugal passou de meio milhar para cerca de 20 mil pessoas (Malheiros et al., 2012:14). Em termos legais, após o surgimento dessa lei, ocorreu a instalação da maior comunidade imigrada em Portugal, comunidade, que, no início, na sua maioria, era composta por pessoas de origem africana e por "retornados" com antepassados africanos que entraram em Portugal na sequência do processo de independência das ex-colónias.

Entretanto, em 1981, ficou claro que era necessário regularizar a imigração. Assim, entrou em vigor um novo dispositivo legal destinado a regulamentar a entrada, permanência e saída de estrangeiros (Decreto-lei nº264-B/81 de 3 de Setembro). Este

decreto-lei estabelece um tipo de visto que pode ser concedido pelas embaixadas e consulados portugueses no estrangeiro e pelo SEF no território nacional. A “autorização de residência” determina se o imigrante possui um estatuto legal para permanecer no território português e, caso seja necessário, conduz à expulsão de estrangeiros de Portugal. Finalmente, refere a possibilidade de aplicação de multas às empresas de transporte internacional que transportarem para Portugal cidadãos estrangeiros que não possuam a documentação devida, dificultando, dessa forma, a entrada de imigrantes ilegais. Outra medida, que também surgiu em 1981, foi a Lei da Nacionalidade (Decreto-lei nº 37/81 de 3 de Outubro) que diz respeito ao abandono do princípio *jus soli*, contido na lei promulgada em 1975, que confere a nacionalidade portuguesa a qualquer indivíduo que houvesse nascido em território português. Assim sendo, com a adopção do princípio *jus sanguinis*, a aquisição automática da nacionalidade portuguesa por parte dos nascidos em território nacional passou a estar dependente do facto de os pais serem cidadãos portugueses ou, no caso de se tratar de filhos de cidadãos estrangeiros, dos pais residirem legalmente em Portugal há mais de seis anos. Como consequência disso, durante a primeira metade dos anos 1980, registou-se um crescimento lento e gradual da população não-nacional em Portugal - de quase 60 mil cidadãos no início da década para 80 mil em 1985, com uma preponderância de africanos, nomeadamente de cabo-verdianos que, nestes anos, representavam mais de 40% do total de estrangeiros em situação regular no país (Malheiros et al., 2012).

No fim da década de 1980 e início da década de 1990, as autoridades portuguesas registaram a presença considerável de imigrantes indocumentados (principalmente dos PALP) além da entrada de brasileiros provenientes da “primeira vaga “ migratória no país. Devido a isso, foi necessária a realização de dois processos extraordinários de regularização, um em 1992/93 e outro em 1996 (Malheiros et al., 2012). A Regularização Extraordinária de 1992/93 veio a traduzir-se, nos anos de 1993 e 1994, na emissão de títulos de residência, nos termos da lei geral, dando origem a um crescimento da população estrangeira, que passa de uma média anual de cerca de 5% em 1992, para 8% em 1993 e 10% em 1994, respectivamente (SEF, 2006). A Regularização Extraordinária de 1996 produziu os seus efeitos nos anos de 1999 e

2000, com o aumento da população estrangeira residente entre os 7 e 8%, por via da emissão de títulos de residência (SEF, 2006).

A partir de 1998, Portugal entra numa nova fase migratória com a chegada de cidadãos oriundos do Leste da Europa, em sua maioria ucranianos. Estes novos imigrantes rapidamente engrossaram o contingente de estrangeiros no país. Nesse momento, também foi possível identificar a segunda vaga de imigrantes brasileiros, em geral menos qualificados comparativamente aos chegados entre meados dos anos 1980 e meados dos anos 1990 (Malheiros et al., 2012). Em 2001, a alteração da lei de estrangeiros permitiu a regularização de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem, através da figura da autorização de permanência (AP), a qual, decorridos cinco anos, facultava o acesso à autorização de residência, facto necessário para absorver a nova população imigrante que estava a chegar para trabalhar nos sectores básicos da economia portuguesa. Neste processo, foi possível constatar que, pela primeira vez, os imigrantes provenientes da Europa de Leste foram responsáveis por 101.000 das 183.000 autorizações de permanência, destacando-se os ucranianos, com um total de 65.000 concessões (SEF, 2006).

Em 2003, foi assinado entre os governos português e brasileiro o então denominado “Acordo Lula” que agilizou a regularização dos cidadãos brasileiros que se encontrassem em Portugal em situação irregular. Consequentemente, em 2005, a maior comunidade de cidadãos estrangeiros em situação regular em Portugal já era a brasileira, tendo triplicado o seu número entre 2000 e 2010 (Malheiros et al., 2012).

Os anos de 2010 e 2011 evidenciam uma diminuição da população de nacionalidade estrangeira em Portugal, consequência da Lei Orgânica nº2/2006 de 17 de Abril que proporcionou a emissão de mais de 27.200 certidões de aquisição de nacionalidade, destacando-se os cidadãos brasileiros com 21,2% do total de certidões (SEF, 2012 em Malheiros et al., 2012), cuja maioria passa a ter dupla nacionalidade. Isto não significa, no entanto, que os fluxos de entrada de brasileiros tenham diminuído. Esses fluxos serão analisados a seguir.

II. 2. Evolução dos fluxos imigratórios provenientes do Brasil

Portugal tornou-se um importante destino migratório para os brasileiros, a partir da segunda metade dos anos 1980 e que durou até meados dos anos 1990, que corresponde ao período da denominada “primeira vaga migratória”, constituída por brasileiros com níveis de qualificação mais elevado do que a vaga posterior. Nesse período o crescimento económico foi estimulado pela disponibilidade de fundos que financiaram inúmeras obras públicas e pelo aumento do investimento directo vindo do estrangeiro que era estimulado pela confiança que a consolidação da estabilidade política que o país viveu entre 1987 e 1995 proporcionava (Esteves, 1991 em Malheiros et al., 2012). Nessa década, a população de nacionalidade brasileira passou de 9.962 para 13.508, o que corresponde a um aumento de 35,50% (Quadros 3 e 4).

Quadro 3. População de nacionalidade estrangeira e brasileira, 1981, 1991, 2001 e 2011. Portugal e Região de Lisboa (Nº).

Ano	1981		1991		2001		2011	
	Estrangeira	Brasileira	Estrangeira	Brasileira	Estrangeira	Brasileira	Estrangeira	Brasileira
Portugal continental	108.526	9.962	106.571	13.508	226.715	31.869	352.389	101.991
Região de Lisboa					125.446	16.657	188.391	58.070

Fonte: Censos da População, 1981, 1991, 2001 e 2011, INE (www.ine.pt).

Nas duas décadas seguintes (1990 e 2000), que engloba a segunda vaga de imigrantes brasileiros, cuja grande maioria é constituída por indivíduos pouco qualificados, o crescimento da população de nacionalidade brasileira tornou-se exponencial. De facto, entre 1991 e 2001 essa população cresceu 135,9% e, entre 2001 e 2011, 220,0%.

Quadro 4. Taxa de variação da população com nacionalidade estrangeira e brasileira, 1981-2011, (%)

Ano	1981-1991		1991-2001		2001-2011	
	Estrangeira	Brasileira	Estrangeira	Brasileira	Estrangeira	Brasileira
Portugal continental	(-) 1,80	35,50	112,70	135,90	55,40	220,00
Região de Lisboa					50,20	248,60

Fonte: Censos da População, 1981, 1991, 2001 e 2011, INE (www.ine.pt).

É necessário, contudo, mencionar que esse crescimento tão acentuado no último período intercensitário deve-se não só à entrada em Portugal de nacionais do Brasil, mas, também, ao facto de um número considerável de imigrantes não ter o estatuto de residente em 2001, o que fez com que não fosse incluído na população recenseada. Como já foi mencionado antes, em 2003, após um acordo entre os governos de Portugal e do Brasil houve um processo de legalização dos imigrantes brasileiros que puderam obter, assim, o estatuto de residente (Malheiros et al., 2012), o que contribuiu significativamente para a sua inclusão na população residente, aquando do Recenseamento da População de 2011.

É, também, importante destacar que, em comparação com a dinâmica da população de nacionalidade brasileira, as taxas de crescimento da população residente estrangeira nos períodos intercensitários, de 1981 a 2011, foram sempre menores e tiveram um comportamento contrário ao das taxas de crescimento da imigração brasileira, ou seja, foram abrandando.

Desde o início deste século que a Região de Lisboa tem aumentado a sua participação como destino da população de nacionalidade brasileira (52,27% em 2001; 56,93% em 2011) ao passo que tem diminuído a sua proporção no total de residentes estrangeiros em Portugal (55,33% em 2001; 52,33% em 2011) (Quadro 5). Consequentemente, a proporção de população de nacionalidade brasileira passou de 13,27% em 2001 para 30,8% em 2011.

Quadro 5. Estrangeiros e brasileiros na Região de Lisboa no total da população estrangeira e brasileira residente em Portugal, 2001 e 2011(%).

Ano	2001		2011	
	Nacionalidade		Nacionalidade	
	Estrangeira	Brasileira	Estrangeira	Brasileira
Região de Lisboa	55,33	52,27	52,33	56,93

Fonte: Censos da População, 2001 e 2011, INE (www.ine.pt).

Em 2001, quase três quartos dos brasileiros recenseados a viver na Região de Lisboa residia na Grande Lisboa (73,33%), principalmente nos concelhos de Lisboa, Cascais e Sintra, que juntos concentravam 44,30% dessa população. Na Península de Setúbal destacavam-se apenas Almada e Setúbal (Quadro 6).

Quadro 6. Brasileiros por concelhos no total da população de nacionalidade brasileira residente na Região de Lisboa, 2001 (%).

Ano	Nacionalidade
2001	Brasileira
Grande Lisboa	73,33
Cascais	15,19
Lisboa	16,45
Loures	4,79
Mafra	5,13
Oeiras	6,27
Sintra	12,66
Vila Franca de Xira	3,39
Amadora	5,60
Odivelas	3,85
Península de Setúbal	26,67
Alcochete	0,26
Almada	8,40
Barreiro	1,05
Moita	0,52
Montijo	0,46
Palmela	0,80
Seixal	5,79
Sesimbra	0,96
Setúbal	8,43
Região de Lisboa	100,00

Fonte: Censos da População, 2001, INE (www.ine.pt).

Em 2011, aumentou a concentração da população de nacionalidade brasileira na Grande Lisboa (76,28%) sendo que o concelho de Cascais (concelho de preferência dos brasileiros da primeira vaga) deu o lugar a Sintra como segundo concelho pelo número de brasileiros. Nestes três municípios, reside 42,28% desses imigrantes. É também de ressaltar o seu crescimento exponencial no concelho de Odivelas (475,39%) bem como nos concelhos da Península de Setúbal, nomeadamente Montijo (992,11%), Sesimbra (405,63%) e Alcochete (383,72%), que também experimentaram um crescimento significativo da população total (portuguesa e estrangeira). Contudo, é no concelho de Almada onde se localiza a maior parte dos brasileiros residente na Península (Quadro 7).

Quadro 7. Brasileiros por concelhos no total da população de nacionalidade brasileira residente na Região de Lisboa, 2011(%).

Ano	Nacionalidade
2011	Brasileira
Grande Lisboa	76,28
Cascais	10,69
Lisboa	17,72
Loures	6,31
Mafra	3,79
Oeiras	6,11
Sintra	13,87
Vila Franca de Xira	4,53
Amadora	6,90
Odivelas	6,36
Península de Setúbal	23,72
Alcochete	0,36
Almada	7,45
Barreiro	1,23
Moita	0,63
Montijo	1,43
Palmela	0,83
Seixal	5,29
Região de Lisboa	100

Fonte: Censos da População, 2011, INE (www.ine.pt).

Como era de esperar, em 2011, a população natural do Brasil (139.703) era mais numerosa do que a população de nacionalidade brasileira (101.991) residente em Portugal (Quadro 8). Isto deve-se ao facto de haver entre os naturais do Brasil, não só pessoas com nacionalidade brasileira mas, também de nacionalidade portuguesa (por exemplo, filhos de portugueses regressados desse país) bem como portadores de dupla nacionalidade (em geral, portuguesa e brasileira) uma vez que, como já foi mencionado, a obtenção da nacionalidade portuguesa pelos brasileiros foi facilitada quando entrou em vigor a Lei Orgânica nº2/2006 de 17 de Abril (SEF, 2012). Segundo Malheiros et al. (2012), só em 2011, o SEF emitiu a naturais do Brasil 5.766 certidões de aquisição de nacionalidade portuguesa.

Quadro 8. População de naturalidade brasileira e de nacionalidade brasileira, 2011 (nº). Portugal, Região de Lisboa, Grande Lisboa, Península de Setúbal e seus concelhos.

Ano	Naturalidade	Nacionalidade
2011	Brasileira	Brasileira
Portugal	139703	101991
Lisboa	73080	58070
Grande Lisboa	56271	44297
Cascais	8565	6.208
Lisboa	13524	10.288
Loures	4503	3.665
Mafra	2545	2.203
Oeiras	4636	3.550
Sintra	9907	8.056
Vila Franca de Xira	3258	2.628
Amadora	4841	4.005
Odivelas	4492	3.694
Península de Setúbal	16809	13.773
Alcochete	274	208
Almada	5233	4.326
Barreiro	934	715
Moita	503	366
Montijo	1017	830
Palmela	658	484
Seixal	3675	3.072
Sesimbra	1002	809
Setubal	3513	2.963

Fonte: Censos da População, 2011, INE (www.ine.pt).

Uma prova de que os fluxos de entrada de população natural do Brasil continuaram a ser intensos é o facto de que os imigrantes brasileiros que chegaram a Portugal nos últimos cinco anos antes do Recenseamento da População de 2011, representavam mais de 30% do total de naturais do Brasil a residir em Portugal, e especificamente na Região de Lisboa, bem como na grande maioria dos seus concelhos (Quadro 9).

Quadro 9. Naturais do Brasil entrados em Portugal após 31 de Dezembro de 2005 no total de naturais do Brasil. Portugal, Região de Lisboa e seus concelhos (%).

Unidade Territorial	Brasil
Portugal	30,54
Lisboa	32,06
Grande Lisboa	32,91
Cascais	29,64
Lisboa	36,15
Loures	33,24
Mafra	32,02
Oeiras	31,92
Sintra	30,66
Vila Franca de Xira	30,14
Amadora	35,10
Odivelas	35,20
Península de Setúbal	29,20
Alcochete	34,31
Almada	29,08
Barreiro	31,58
Moita	27,04
Montijo	41,30
Palmela	29,79
Seixal	29,20
Sesimbra	28,24
Setúbal	25,33

Fonte: Censos da População, 2011, INE (www.ine.pt).

Também, é interessante notar que o ritmo de entrada de população nascida no Brasil pouco abrandou, após 2009, ou seja, já depois do início da crise socioeconómica que afecta Portugal e outros países europeus. Isto é corroborado pelo facto de que cerca de um quinto de naturais do Brasil que entraram em Portugal nos últimos cinco

anos, o fizeram entre 31 de Dezembro de 2009 e Março de 2011, período de realização do Recenseamento (Quadro 10).

Quadro 10. Proporção de naturais do Brasil, entrados em Portugal após 31 de Dezembro de 2009 no total de naturais do Brasil, entrados em Portugal nos últimos cinco anos antes do Recenseamento de 2011. Portugal, Região de Lisboa e seus concelhos (%)

Unidade Territorial	Brasil
Portugal	21,79
Lisboa	20,86
Grande Lisboa	20,97
Cascais	22,41
Lisboa	24,14
Loures	17,90
Mafra	20,00
Oeiras	21,28
Sintra	18,14
Vila Franca de Xira	19,04
Amadora	19,84
Odivelas	19,86
Península de Setúbal	20,43
Alcochete	19,15
Almada	19,84
Barreiro	15,25
Moita	18,38
Montijo	20,24
Palmela	20,41
Seixal	24,70
Sesimbra	20,49
Setúbal	18,54

Fonte: Censos da População, 2011, INE (www.ine.pt).

II.3. Caracterização sócio-demográfica e económica dos imigrantes brasileiros

Nas últimas décadas, a imigração brasileira em Portugal conheceu profundas mudanças quantitativas e qualitativas sendo marcada por diferentes levas migratórias que determinaram o perfil sóciodemográfico e económico dos imigrantes.

Em 2011, verifica-se o predomínio das mulheres entre os imigrantes de nacionalidade brasileira, a partir dos 20 anos, principalmente na faixa etária dos 25 aos 49 anos, onde 38,05% são mulheres e 17,96% são homens. Devido à importância quantitativa de mulheres, é possível observar a intensificação dos casamentos mistos de cidadãos portugueses com cidadãs brasileiras (Peixoto, 2009), uma vez que a partir de 2003, o número de cidadãs brasileiras é sempre superior aos dos seus compatriotas do sexo masculino (Malheiros et al., 2012).

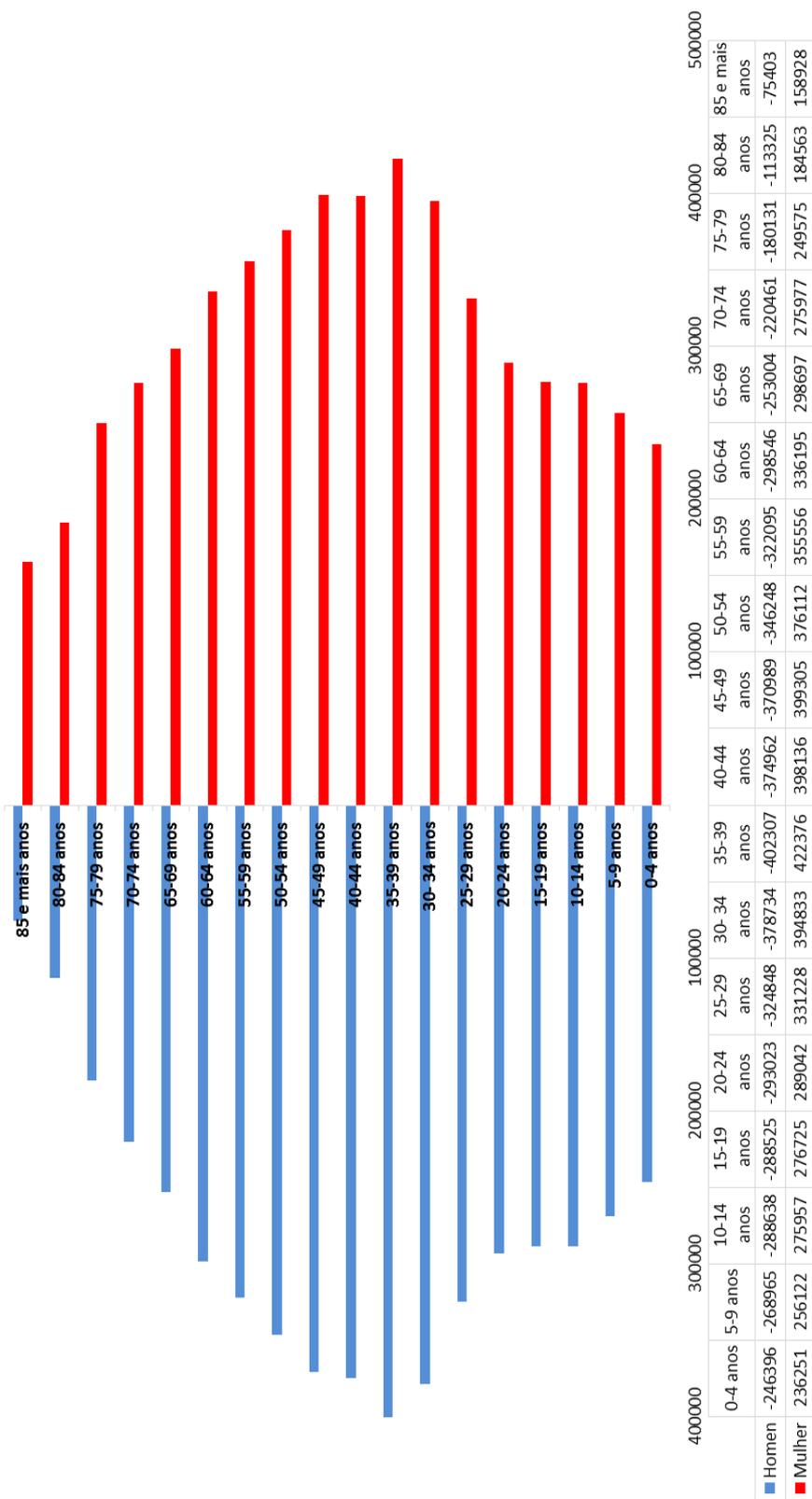
De acordo com Malheiros et al. (2012), a composição dos agregados familiares por sexo, aponta que nos PALP (com excepção de Moçambique) a relação do número de homens por cada 100 mulheres é superior a 100, ou seja, constata-se a supremacia do sexo masculino facto que se repete no caso da população africana e do leste da Europa, o que não é constatado no caso brasileiro. O predomínio do sexo masculino no caso africano pode ser atribuído ao facto de que a presença africana é mais antiga do que a brasileira em Portugal ou porque é habitual se encontrar uma imigração predominantemente masculina (Fonseca et al., 2005 em Malheiros et al., 2012).

Em termos de composição etária, a população brasileira apresenta-se muito mais jovem do que a portuguesa (figuras 1 e 2). De facto, a pirâmide etária da população portuguesa apresenta a forma de urna, característica do processo de regressão demográfica, enquanto que a população brasileira apresenta uma pirâmide alargada nas faixas etárias correspondentes à idade activa, o que é uma forma típica de populações imigrantes. Isto é corroborado pelas proporções significativamente maiores de população em idade activa entre os brasileiros (85,45%) em comparação com a população portuguesa nesse grupo etário (65,29%). Além disso, o índice de juventude da população brasileira em idade activa³ é muito maior do que o da

³ Índice de juventude da população em idade activa: relação entre a população entre 15 e 39 anos e a população entre 40 e 64 anos de idade.

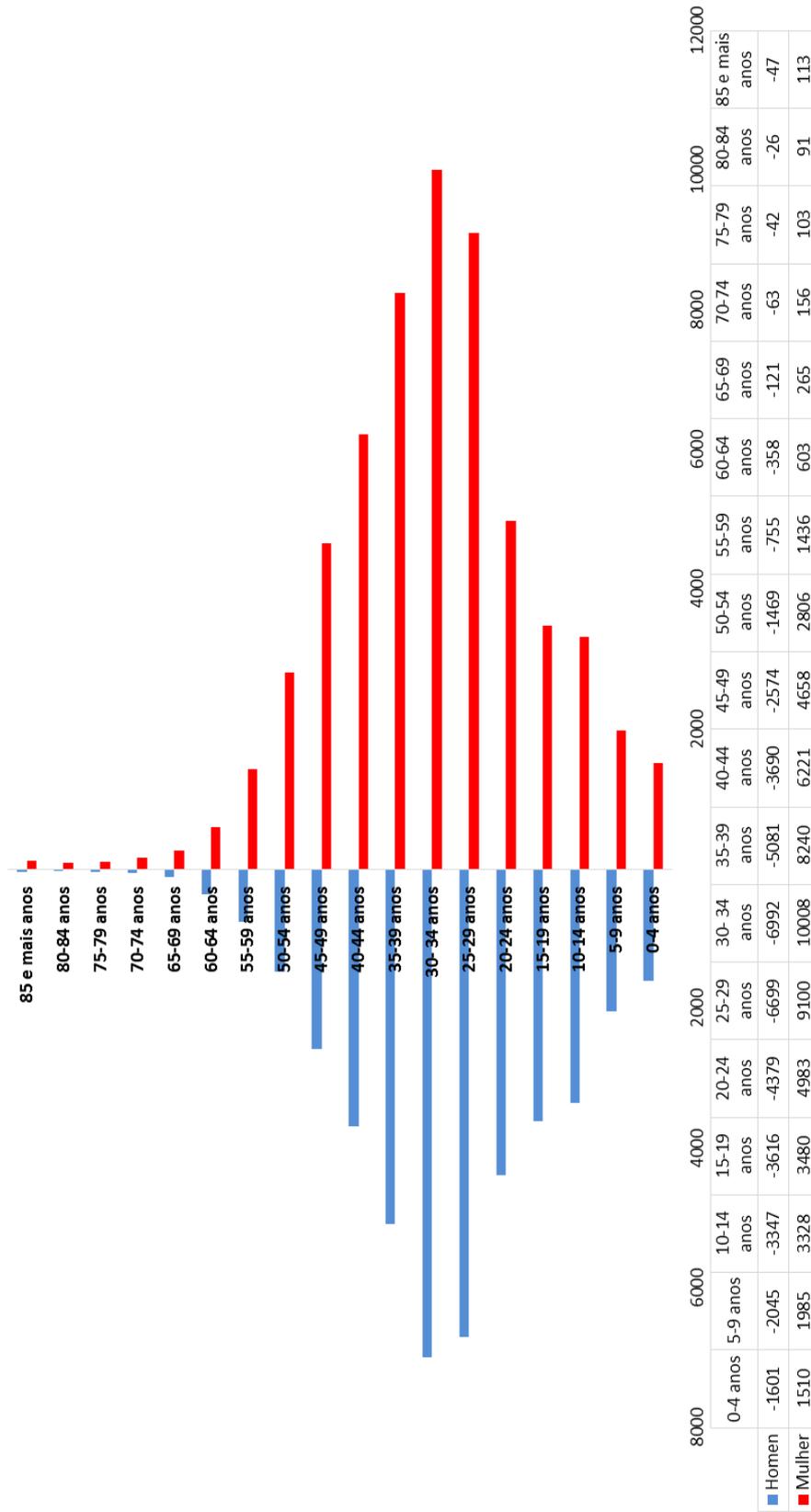
portuguesa (respectivamente, 265,06 e 91,36). Assim, a população imigrante brasileira contribui para o rejuvenescimento da população em idade activa e para a diminuição do desequilíbrio existente entre a população em idade activa e pós-activa.

Figura 1. Pirâmide etária da população de nacionalidade portuguesa, 2011.



Fonte: Censo da População, 2011, INE (www.ine.pt).

Figura 2. Pirâmide etária da população de nacionalidade brasileira, 2011.



Fonte: Censos da População, 2011, INE (www.ine.pt).

Num seu trabalho de investigação, Peixoto e Figueiredo (2007), utilizaram dados sobre as características socioeconómicas dos imigrantes de nacionalidade brasileira que não foram publicados pelo INE, contidos nos Censos da População de 1991 e 2001. Esta informação é que serviu de base para a análise abaixo uma vez que esses tipos de dados não estão ainda publicados na página dos Censos 2011 do INE na Internet .

Apesar das diferentes nomenclaturas adoptadas, é possível constatar que entre 1991 e 2001, a qualificação académica dos imigrantes brasileiros melhorou pois verificou-se um aumento de indivíduos com o 3º ciclo do ensino básico (em 1991, a categoria “ensino secundário unificado”) e com o ensino secundário (em 1991, a soma das categorias “ensino secundário complementar” e “ensino profissional”) enquanto que diminuiu a proporção de brasileiros com baixa qualificação académica (Quadros 11 e 12). Apenas no caso do ensino superior é que ocorreu uma ligeira diminuição (1991: 20,7%; 2001: 16%) decorrente do facto de que, em 1991, esse nível de ensino estava sobre-representado entre os imigrantes da denominada “primeira vaga”.

Quadro 11. Qualificação académica da população brasileira com idade igual ou superior a 15 anos, 1991. Portugal

Qualificação académica	1991	
	n	%
Não sabe ler nem escrever	343	3,3
Sabe ler e escrever sem qualquer grau de ensino	472	4,6
Ensino Básico (Primário)	12114	11,8
Ensino Básico (Preparatório)	1522	14,8
Ensino Secundário (Unificado)	1658	16,1
Ensino Secundário(Complementar)	2220	21,6
Ensino Profissional	338	3,3
Ensino Medio	391	3,8
Ensino Superior (Bacharelado)	1356	13,2
Ensino Superior (Licenciatura)	530	5,2
Ensino Superior (Mestrado ou Doutorado)	238	2,3
Total	10282	100

Fonte: INE, Censos 1991, dados não publicados. Em Peixoto e Figueiredo, 2007.

*Nomenclatura não adoptada pelo INE em 2001.

Quadro 12. Qualificação académica da população brasileira com idade igual ou superior a 15 anos, 2001. Portugal.

Qualificação académica	2001	
	n	%
Não sabe ler nem escrever	383	1,4
Sabe ler e escrever sem qualquer grau de ensino	1055	3,8
Ensino Básico - 1º Ciclo	3582	12,9
Ensino Básico - 2º Ciclo	3954	14,2
Ensino Básico - 3º Ciclo	6075	21,8
Ensino Secundário	8240	29,6
Ensino Medio	*	*
Ensino Superior (Bacharelado)	145	0,5
Ensino Superior (Licenciatura)	1075	3,9
Ensino Superior (Mestrado)	2891	10,4
Ensino Superior (Doutorado)	469	1,7
Total	27869	100

Fonte: INE, Censos 2001, dados não publicados. Em Peixoto e Figueiredo, 2007.

*Nomenclatura não adoptada pelo INE em 2001.

Outro facto que se pode observar é que, segundo o Censo de 2001, a população de nacionalidade brasileira tem um nível de qualificação mais elevado do que a população residente em Portugal (nacional e estrangeira). De facto enquanto que 13,9% do total de brasileiros tinha o ensino superior e 25,8% o secundário completo, na população residente essas proporções foram de 6,5% e 11%, respectivamente. Peixoto e Figueiredo (2007) citam Pires et al. (2005) para afirmar que esta “segunda vaga” de imigrantes brasileiros é oriunda de camadas sociais médias ou, com um relevo crescente, de camadas médias-baixas da sociedade de origem, motivo que justificaria a proporção de qualificados. No início dos anos 2010, há sinais da entrada de brasileiros com alto nível de qualificação, pois segundo um representante da Organização Internacional das Migrações (OIM), o Governo Lula beneficiou mais aqueles que estão nas camadas mais baixas da sociedade brasileira mas há muitos indivíduos de camada mais altas que não conseguem encontrar trabalho (Nunan e Peixoto, 2012). Esse teria sido um dos principais motivos para uma “terceira vaga” migratória que vem se constituindo desde o início da década de 2010 por qualificados e de uma camada social mais elevada do que a da “segunda vaga”. Vale, também, notar que, em 2001, as brasileiras apresentavam um nível de qualificação académica

superior ao dos homens já que mais de metade possuía pelo menos o ensino secundário completo enquanto que entre os homens essa proporção era de 42,1%, entretanto o número de mulheres com um grau do ensino superior, caiu entre os anos de 1991 e 2001, passando de 19,2% para 18,8% (Quadros 13 e 14).

Quadro 13. Qualificação académica da população brasileira com idade igual ou superior a 15 anos, por sexo 1991. Portugal

Sexo	1991				Total	
	Masculino		Feminino		n	%
Qualificação académica	n	%	n	%	n	%
Não sabe ler nem escrever	80	1,7	263	4,7	343	3,3
Sabe ler e escrever sem qualquer grau de ensino	143	3	329	5,9	472	4,6
Ensino Básico (Primário)	478	10	738	13,3	12114	11,8
Ensino Básico (Preparatório)	789	16,8	724	13,1	1522	14,8
Ensino Secundário (Unificado)	861	18,2	797	14,4	1658	16,1
Ensino Secundário(Complementar)	1062	22,4	1158	20,9	2220	21,6
Ensino Profissional	153	3,2	185	3,3	338	3,3
Ensino Medio	103	2,2	288	5,2	391	3,8
Ensino Superior (Bacharelado)	577	12,2	779	14,1	1356	13,2
Ensino Superior (Licenciatura)	337	7,1	193	3,5	530	5,2
Ensino Superior (Mestrado ou Doutorado)	149	3,1	89	1,6	238	2,3
Total	4739	100	5543	100	10282	100

Fonte: INE, Censos 1991, dados não publicados. Em Peixoto e Figueiredo, 2007:93

Quadro 14. Qualificação académica da população brasileira com idade igual ou superior a 15 anos, por sexo, 2001. Portugal.

Sexo	2001				Total	
	Masculino		Feminino		n	%
Qualificação académica	n	%	n	%	n	%
Não sabe ler nem escrever	152	1	231	1,8	383	1,4
Sabe ler e escrever sem qualquer grau de ensino	568	3,8	487	3,7	1055	3,8
Ensino Básico - 1º Ciclo	2080	14	1502	11,5	3582	12,9
Ensino Básico - 2º Ciclo	2352	15,9	1602	12,3	3954	14,2
Ensino Básico - 3º Ciclo	3446	23,2	2629	20,2	6075	21,8
Ensino Secundário	4192	28,3	4048	31,1	8240	29,6
Ensino Medio	78	0,5	67	0,5	145	0,5
Ensino Superior (Bacharelado)	472	3,2	603	4,6	1075	3,9
Ensino Superior (Licenciatura)	1258	8,5	1633	12,5	2891	10,4
Ensino Superior (Mestrado)	164	1,1	171	1,3	335	1,2
Ensino Superior (Doutorado)	76	0,5	58	0,4	134	0,5
Total	14838	100	13031	100	27869	100

Fonte: INE, Censos 2001, dados não publicados. Em Peixoto e figueiredo, 2007:93

A condição perante o trabalho da população de nacionalidade brasileira em Portugal alterou-se sensivelmente entre 1991 e 2001. A taxa de actividade aumentou

de 48,4% para 74,0% enquanto que a população inactiva desceu de 47,2% para 22,5% (Quadros 15 e 16). Isto está relacionado, primeiro, com o facto da imigração de todo o agregado familiar ter sido maior na primeira onda devido aos brasileiros economicamente activos serem mais qualificados e, assim, terem mais condições para suportar economicamente a família e, segundo, pelo facto dos imigrantes já terem podido constituir família em Portugal por estarem a viver aqui mais tempo, o que também aumenta o número de inactivos. Por outro lado, na segunda vaga, destaca-se o carácter individual das migrações, quase que exclusivamente, de trabalho. Quanto à diferenciação por sexo, em 2001, a taxa de actividade das mulheres era menor do que a dos homens. Contudo, seu aumento nos anos 1990, foi consideravelmente maior (Quadros 15 e 16).

Quadro 15. Condição perante o trabalho do total da população brasileira, por sexo, 1991. Portugal

1991						
Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Condição perante o trabalho	n	%	n	%	n	%
População activa empregada	3424	56,8	2223	32,7	5647	44
População activa desempregada	174	2,9	383	5,6	557	4,3
População inactiva	2256	37,4	3789	55,8	6045	47,2
Outros casos	177	2,9	294	5,8	571	4,5
Total	6031	100	6789	100	12820	100
Taxa de actividade (%)		59,7		38,4		48,4
Taxa de desemprego (%)		4,8		14,7		9

Fonte: INE, Censos 1991, dados não publicados. Em Peixoto e Figueiredo, 2007:95

Quadro 16. Condição perante o trabalho do total da população brasileira, por sexo, 2001. Portugal

2001						
Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Condição perante o trabalho	n	%	n	%	n	%
População activa empregada	12878	78,9	8191	56,7	21069	68,5
População activa desempregada	565	3,5	1145	7,9	1710	5,6
População inactiva	2451	15	4462	30,9	6913	22,5
Outros casos	437	2,7	650	4,5	1087	3,5
Total	16331	100	14448	100	30779	100
Taxa de actividade (%)		82,3		64,6		74
Taxa de desemprego (%)		4,2		12,3		7,5

Fonte: INE, Censos 2001, dados não publicados. Em Peixoto e Figueiredo, 2007:95

Comparando a população brasileira em Portugal em 1991 e 2001, constata-se que tinham estruturas profissionais bastante contrastantes (Quadros 17 e 18). Em 1991, destacavam-se as profissões intelectuais e científicas (22,5%) e as profissões técnicas intermédias (17,1%). Em 2001, as profissões com menor nível de qualificação predominavam, com relevo para os operários industriais e artesãos (22,5%), o pessoal dos serviços e vendedores (19,2%) e os operários não-qualificados (19%). A proporção de brasileiros que exercia profissões intelectuais e científicas desceu para 9,8%. Estes dados confirmam as diferenças entre os imigrantes da “primeira vaga” (1991) e os da “segunda vaga” (2001). Pode-se, também, afirmar que, em 2001, os brasileiros ocupavam postos de trabalho que estavam aquém de sua qualificação académica.

Quadro 17. Profissões da população brasileira activa, por sexo, 1991. Portugal.

1991						
Sexo	Masculino		Feminino		Total	
Profissão	n	%	n	%	n	%
Profissões intelectuais científicas	783	21,8	610	23,4	1393	22,5
Profissões técnicas e intermediárias	600	16,7	458	17,6	1058	17,1
Serv. Protecção, segurança, pessoais ou domésticos	564	15,7	445	17,1	1009	16,3
Membros legislativos, dirigentes função pública, direct. Empresas	425	11,8	163	6,3	588	9,5
Empregados administrativos	256	7,1	329	12,6	585	9,4
Trabalhadores industriais e artesão	427	11,9	142	5,4	569	9,2
Trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços	204	5,7	283	10,9	487	7,8
Operários de instalações industriais e máquinas fixas, condutores e montadores	207	5,8	39	1,5	246	4
Trabalhadores da agricultura e pesca	65	1,8	42	1,6	107	1,7
Forças armadas	19	0,5	5	0,2	24	0,4
Não se aplica	48	1,3	90	3,5	138	2,2
Total	3598	100	2606	100	6204	100

Fonte: INE, Censos 1991, dados não publicados. Em Peixoto e Figueiredo, 2007:96

No campo da actividade profissional, as diferenças entre os sexos são ainda substanciais (Peixoto e Figueiredo, 2007). Em 2001, os homens eram maioritariamente operários ou artífices (35,1%) enquanto que as mulheres se concentravam na categoria profissional “pessoal de serviços e vendedores” (30,3%) sendo que havia mais “trabalhadores não qualificados” entre as mulheres (24,3%) do que entre os homens (15,3%).

Quadro 18. Profissões da população brasileira activa, por sexo, 2001. Portugal.

Sexo	2001					
	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Profissão						
Operários, artífices e trabalhadores similares	4712	35,1	404	4,3	5116	22,5
Pessoal dos serviços e vendedores	1550	11,5	2825	30,3	4375	19,2
Trabalhadores não qualificados	2058	15,3	2268	24,3	4326	19
Técnicos e profissionais de nível intermédio	1338	10	1013	10,9	2351	10,3
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	1213	9	1029	11	2242	9,8
Quad.superiores administração pública, dirigentes e quad.superiores de empresas	863	6,4	427	4,6	1290	5,7
Pessoal administrativo e similares	439	3,3	783	8,4	1222	5,4
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	950	7,1	178	1,9	1128	5
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	165	1,2	69	0,7	234	1
Forças armadas	13	0,1	1	0	14	0,1
Não se aplica	142	1,1	339	3,6	481	21
Total	13443	100	9336	100	22779	100

Fonte: INE, Censos 2001, dados não publicados. Em Peixoto e Figueiredo, 2007:97

Em Portugal não há políticas activas para atrair estudantes estrangeiros, salvo o programa de mobilidade Erasmus que contempla os estudantes europeus. A maioria dos estudantes estrangeiros é proveniente dos outros países lusófonos, representando, no ano lectivo 2010/11, cerca de 63% do total (Malheiros et al., 2012). Enquanto que os nacionais dos PALP apresentam uma tendência de diminuição percentual ao longo da década, após um pico no ano lectivo de 2006/07, quando representavam 62,5% do total de estudantes, o peso relativo dos brasileiros mais do que duplicou em dez anos, passando de 10,8% no ano lectivo de 2000/01 para 24,4% em 2006/07 (Malheiros et al., 2012).

Em Maio de 2011, em entrevista para o Boletim do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) o então Cônsul Geral do Brasil em Lisboa, Carlos Vianna, afirmava que, nos últimos cinco anos, o número de estudantes brasileiros em Portugal cresceu significativamente:

“Só na Universidade de Coimbra, que é a universidade portuguesa mais popular no Brasil, são 1500. Em Portugal inteiro serão 3000, 4000 estudantes brasileiros, o que é uma percentagem muito significativa no conjunto de brasileiros e representa uma certa elite cultural que vem para Portugal, sobretudo para pós-graduação. Sempre houve estudantes brasileiros em Portugal mas este número é uma novidade em relação há cinco ou dez anos atrás.” (Cônsul Geral do Brasil em Lisboa, Carlos Vianna no Boletim ACIDI, 2011).

CAPÍTULO III: IMIGRANTES BRASILEIROS NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: PERMANECER OU REGRESSAR

III. 1. Perfil predominante dos entrevistados⁴

A maioria dos entrevistados é do sexo feminino (57,3%), solteira (61,3%), com idade predominante entre 25 e 54 anos (68,9%), sendo que 56% dos entrevistados casados têm cônjuge de nacionalidade portuguesa. A maior parte dos entrevistados reside em Lisboa (44%), sendo também expressivo o número deles cuja habitação se localiza num concelho da margem norte da AML (41,3%). Com relação ao nível de instrução, predominam os brasileiros com ensino secundário completo (56%), seguidos daqueles com ensino superior (44%), cujo grau foi maioritariamente obtido em instituição portuguesa (75,8%). A maior parte dos inquiridos está empregada (80%). Entre eles, mais de dois terços afirmaram ter contrato efectivo e terem trabalhado de forma contínua, ou seja, levaram muito pouco tempo a procurar trabalho. Quase dois terços são trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção/segurança e vendedores (62,7%), seguidos de longe pelos especialistas das actividades intelectuais e científicas (18,7%) e dos trabalhadores não qualificados (13,3%). Resultado semelhante foi encontrado por Evans (2010) em inquérito aplicado a imigrantes brasileiros em Londres onde obtinham empregos que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Alguns autores, por exemplo, Peixoto e Figueiredo (2007: 103), mencionam o “carácter dual” da imigração brasileira. Os imigrantes da primeira vaga estão presentes nos segmentos qualificados do mercado de trabalho primário, bem remunerado, com perspectivas de carreira e supostamente maiores níveis de estabilidade, enquanto que os imigrantes da segunda vaga ocupam profissões indiferenciadas do mercado de trabalho secundário, caracterizado por baixos salários, elevada instabilidade e fortes níveis de segmentação associados a factores como o género, a idade e a etnicidade. A segunda vaga caracteriza-se por um desajuste entre as qualificações possuídas e as qualificações necessárias para a prática de certas profissões em sectores como a construção civil, o comércio ou as actividades domésticas.

⁴ As frequências das respostas às perguntas sobre o perfil demográfico e socioeconómico dos inquiridos encontram-se no Anexo II.

Os entrevistados que afirmaram ter uma renda entre dois a quatro salários mínimos são os mais numerosos (46,7%), seguidos daqueles que recebem até um salário mínimo (37,3%). Quase a totalidade (93,3%) trabalha ou trabalhava (no caso de actualmente desempregados) no concelho de Lisboa.

São igualmente numerosos os brasileiros entrevistados cuja família reside em Portugal (33,3%) ou em Portugal e no Brasil (33,3%), seguidos pelos entrevistados cuja família vive apenas no Brasil (29,3%).

Quanto ao Estado brasileiro de onde emigraram os inquiridos, destaca-se São Paulo (37,3%). Contudo, apenas 18,7% dos entrevistados nasceram nesse Estado, o que faz supor que, antes de emigrar para Portugal, uma parte significativa migrou de outro Estado brasileiro para São Paulo. Por outro lado, um quarto dos inquiridos nasceu no Estado de Minas Gerais (25,3%), conhecido por ser um dos Estados de onde emigra mais população para outros Estados ou para o exterior.

Quase metade dos entrevistados (49,3%) chegou a Portugal na primeira década deste século. O desejo de continuar os estudos (32%), a família (26,7%) e a procura de maiores oportunidades de emprego ou maiores rendimentos (22,7%) foram as principais razões que invocaram por terem saído do Brasil. Em comparação, em 2004, num inquérito efectuado pela Casa do Brasil em Lisboa, quase 80% dos brasileiros entrevistados mencionaram razões económicas (desemprego e baixos salários) para justificar a emigração. Logo, na perspectiva dos imigrantes brasileiros, constata-se que a emigração para Portugal tem alguns impactes económicos positivos, porque permite a uma parcela da população acesso a um mercado de emprego mais estável e melhor remunerado.

As razões mais indicadas pelos entrevistados por terem escolhido Portugal como país de destino foram a língua comum (37,3%), o facto de Portugal ser o país natal do cônjuge e/ou família ou contacto (29,3%) e a facilidade de entrada no país (14,7%). Com relação às principais razões de escolha da AML para viver, destacam-se as maiores oportunidades de emprego (44%) e o facto de ser a cidade onde se localiza a universidade daqueles imigrantes que estudam (29%).

III. 2. Intenção dos imigrantes brasileiros quanto à continuação de sua estada em Portugal

Uma maioria significativa dos inquiridos (66,7%) manifestou a intenção de continuar a viver em Portugal. Quando se controla esta resposta com as suas características demográficas e socioeconómicas bem como com as razões da emigração, essa intenção continua a prevalecer excepto no caso das variáveis “situação perante a actividade económica”, “país onde se localiza a família nuclear”, “Estado de nascimento” e “razões de saída do Brasil”.

Entre os homens, a intenção de continuar em Portugal está mais presente do que entre as mulheres (Figura 3).⁵ Isto pode dever-se ao facto das mulheres prevalecerem entre aquelas que emigraram para continuar seus estudos com a intenção de regressar ao Brasil.

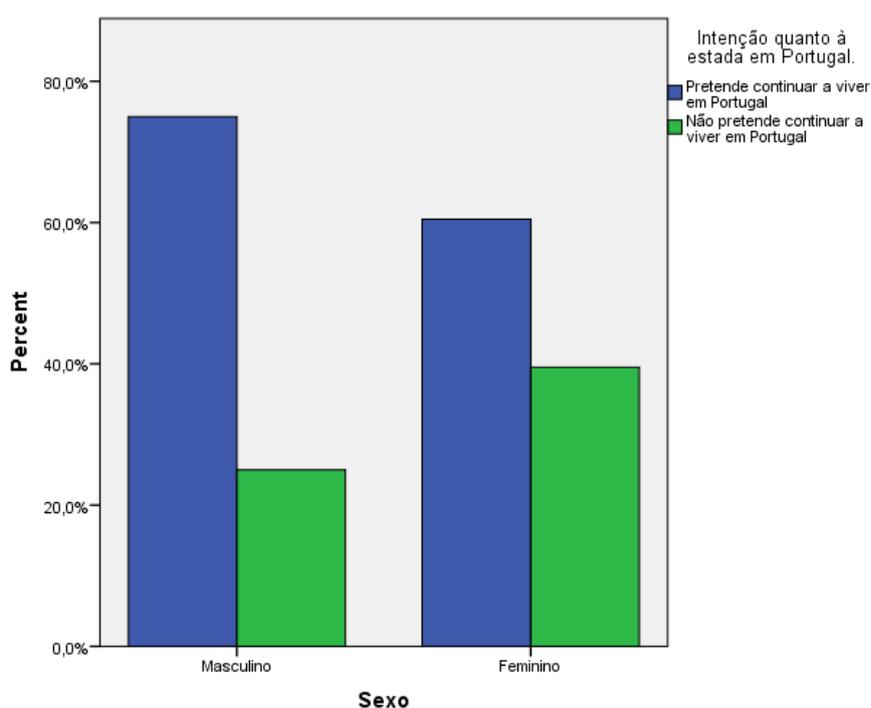


Figura 3. Intenção quanto à estada em Portugal por sexo.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

⁵ Os quadros que deram origem às figuras encontram-se no Anexo III.

Os brasileiros imigrantes mais idosos apresentam maior tendência em querer viver em Portugal, pois já estão inseridos no mercado de trabalho há mais tempo e possuem vínculos sociais e familiares mais fortes (Figura 4).

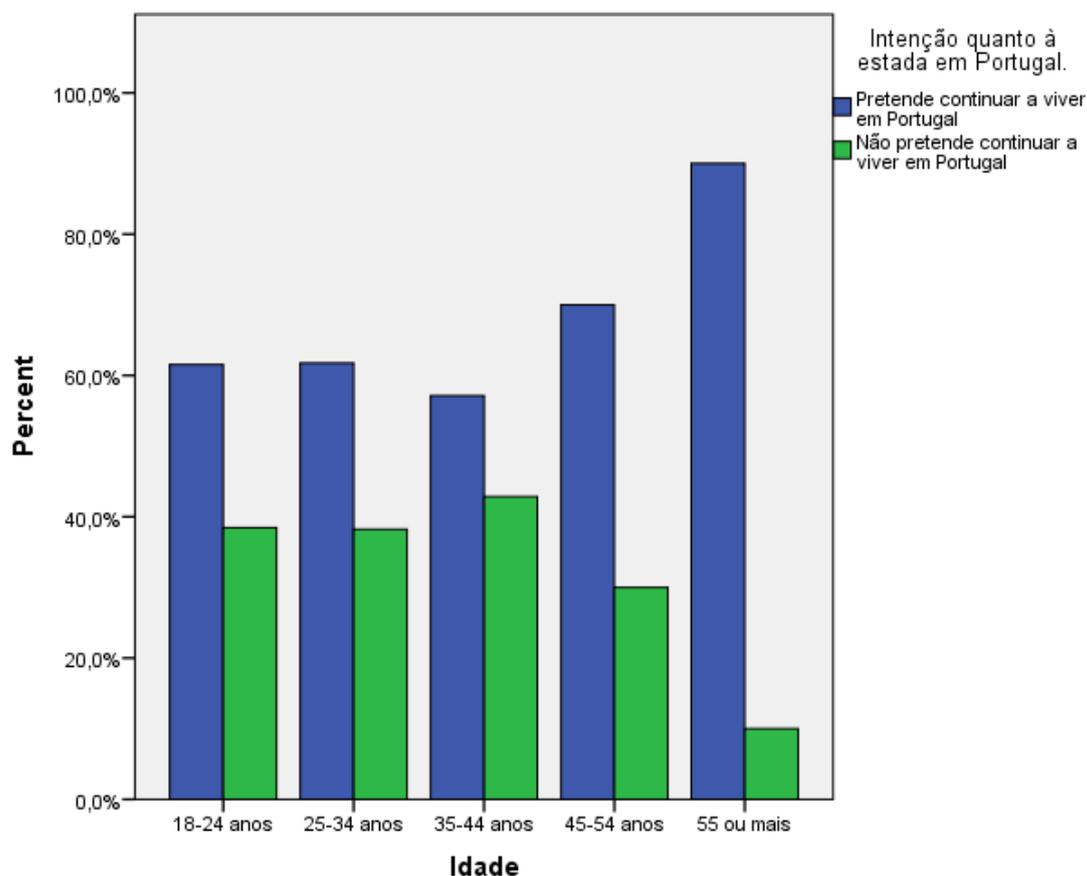


Figura 4. Intenção quanto à estada em Portugal por idade.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Os vínculos sociais e familiares são, também, importantes quando se relaciona a intenção quanto à estada em Portugal com a variável referente ao estado civil, ou seja, entre os solteiros, há mais pessoas que não pretendem continuar a viver em Portugal do que entre os casados pois, no caso dos primeiros, a saída do país está menos dependente de factores familiares (Figura 5).

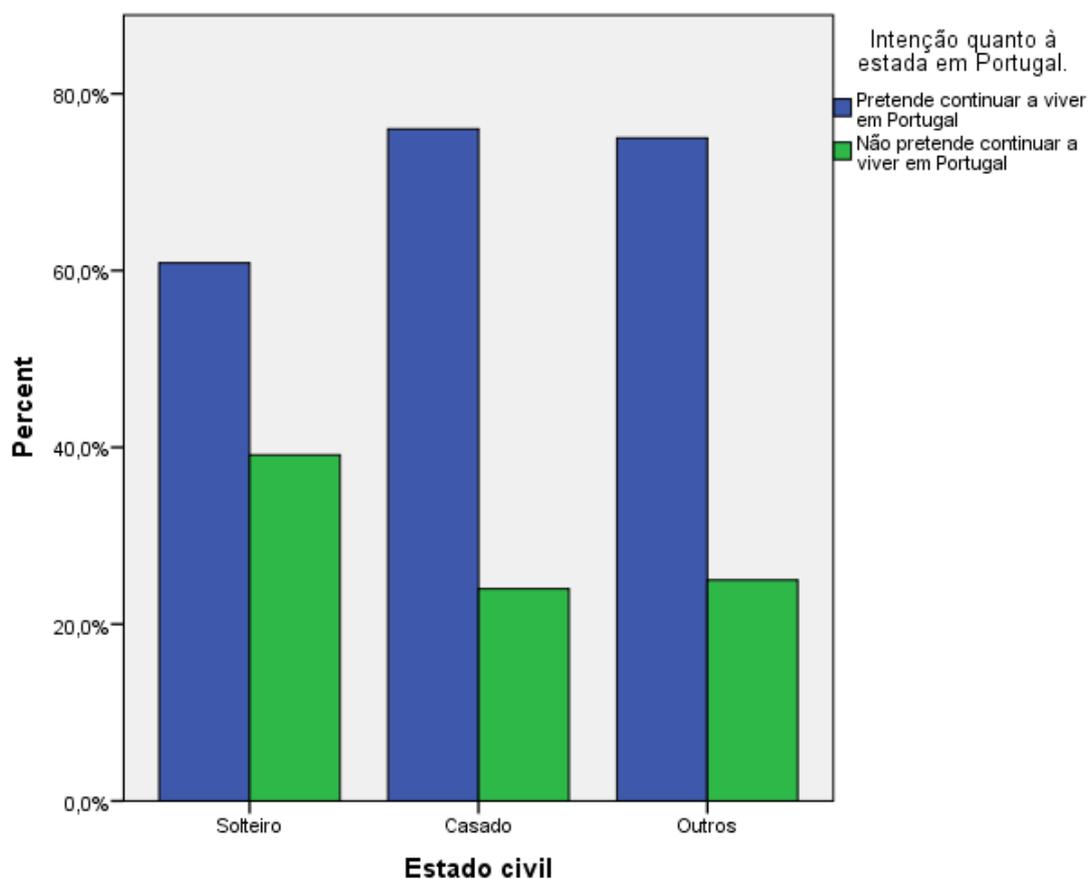


Figura 5. Intenção quanto à estada em Portugal por estado civil.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Mais um exemplo do quanto são influentes os factores sociais, é a forte preponderância da decisão de permanecer em Portugal entre os brasileiros com cônjuge português (Figura 6).

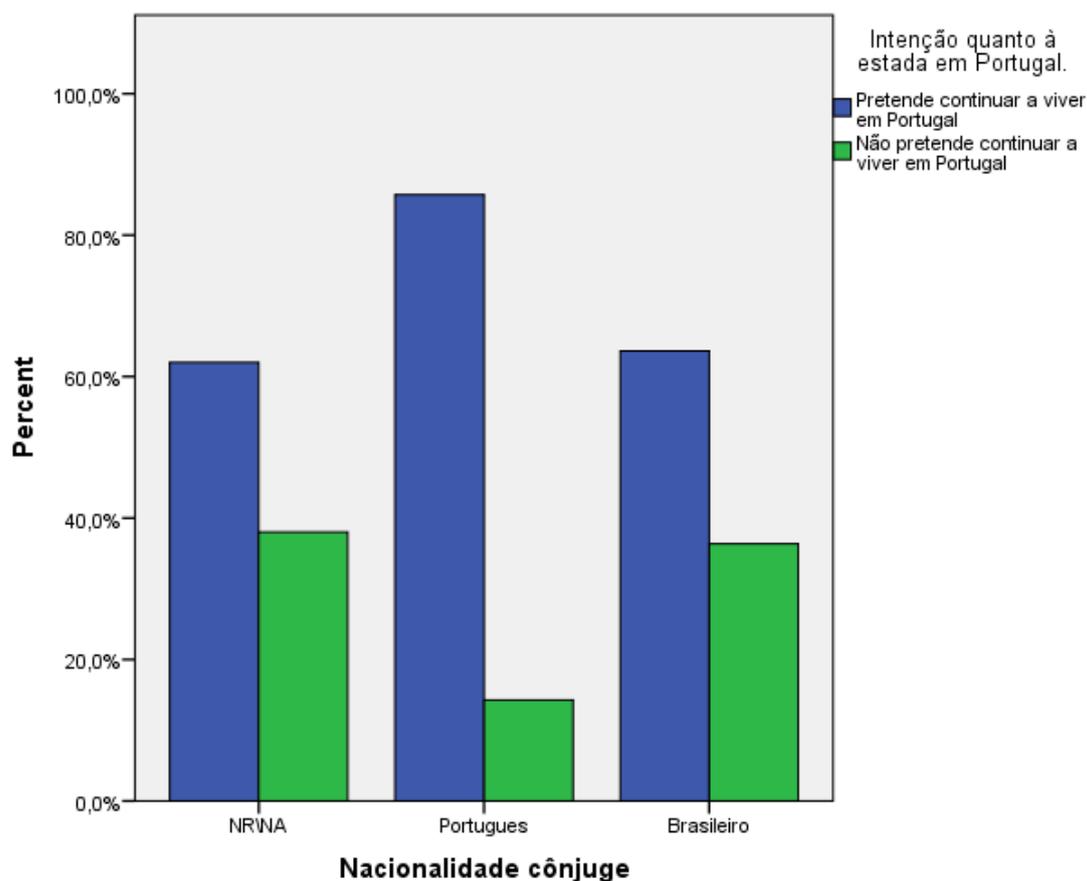


Figura 6. Intenção quanto à estada em Portugal por nacionalidade do cônjuge.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Em geral, estes brasileiros enfrentam menor dificuldade em se inserir na comunidade portuguesa pois possuem maior apoio familiar, o que favorece a construção de redes de amizade e contactos mais amplos. Assim, a probabilidade de continuar no país é bastante elevada.

Apesar de prevalecerem os entrevistados que tencionam continuar a viver em Portugal qualquer que tenha sido o período de chegada, esta resposta é mais expressiva entre os que chegaram até o fim dos anos 1990 e menos expressiva no caso dos chegados nos anos 2000 e 2010 (Figura 7).

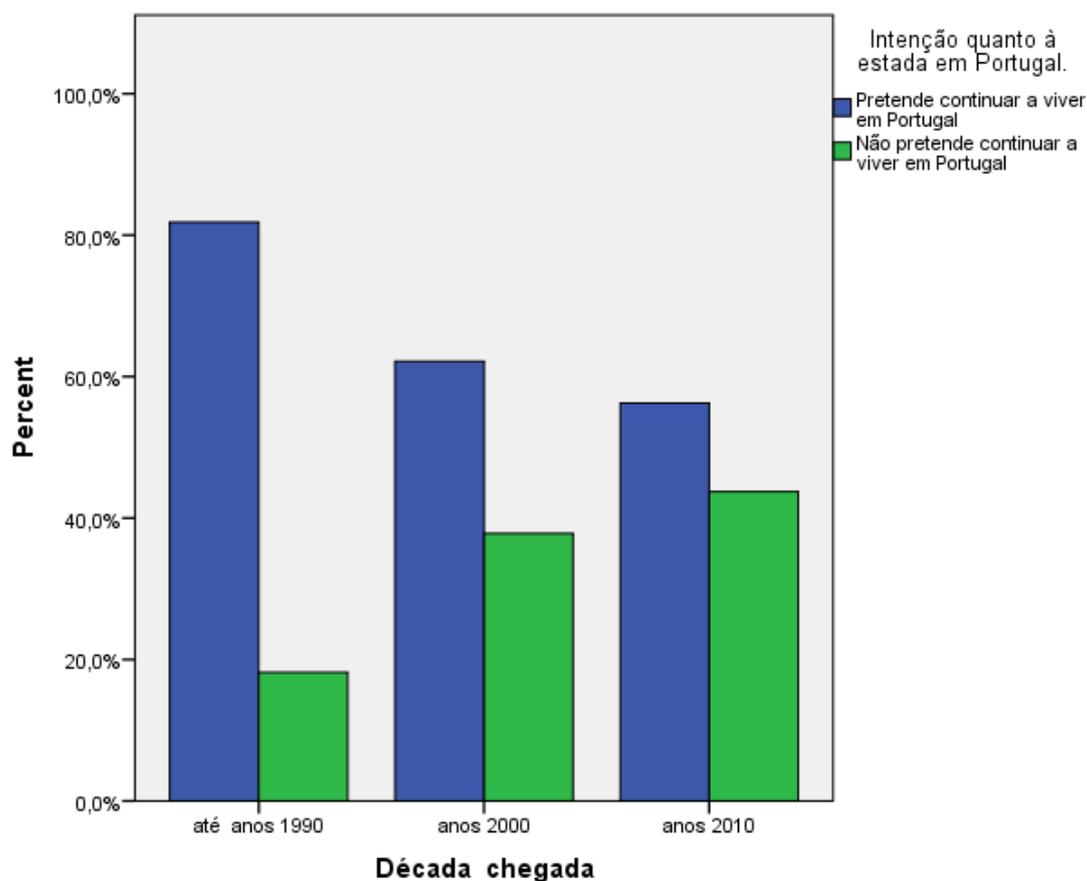


Figura 7. Intenção quanto à estada em Portugal por década de chegada.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Este resultado é reflexo da mudança do perfil dos imigrantes brasileiros que vem ocorrendo ao longo dos anos. Os imigrantes brasileiros que chegaram a Portugal antes de 1990, eram mais qualificados enquanto que, no fim da década de 1990 e início dos anos 2000, a imigração era caracterizada por mão-de-obra de baixa qualificação. Além disso, como já foi referido no Capítulo II, nos anos 2010, tem-se registado a chegada de jovens que desejam continuar seus estudos no ensino superior em Portugal e que, quando regressarem ao Brasil, tencionam se inserir no mercado de trabalho. Ademais, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho português que vem aumentando principalmente com a crise económica de 2008, por um lado e, por outro, o aumento de oportunidades de emprego no Brasil, principalmente para os trabalhadores qualificados, contribuem para aumentar o fluxo de retorno de imigrantes brasileiros nos últimos anos.

O nível de instrução parece influenciar a intenção dos respondentes de continuar a viver em Portugal ou seja, ela é maior entre aqueles que têm o ensino secundário completo do que os que têm um diploma universitário (Figura 8). Isso pode ser reflexo da dificuldade de encontrar emprego altamente qualificado em Portugal por um lado e, por outro, o Brasil apresentar-se mais atractivo para esses quadros devido ao considerável ritmo de crescimento económico desse país.

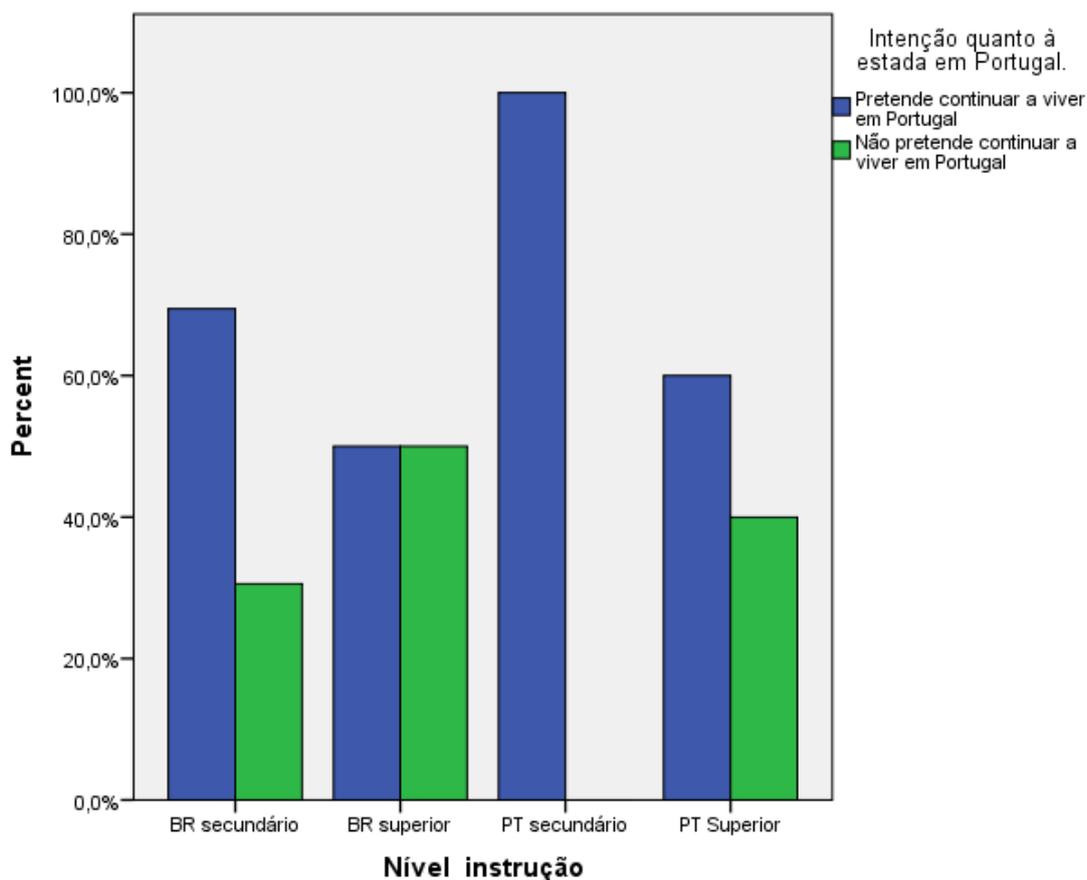


Figura 8. Intenção quanto à estada em Portugal por Nível de instrução.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

A vontade dos trabalhadores não qualificados de permanecer em Portugal indica que o retorno para a maioria deles não é uma opção devido à concorrência no mercado brasileiro desse tipo de trabalho bem como pelos salários serem maiores para esse tipo de trabalhadores e as condições de vida serem melhores em Portugal, apesar da crise económica que o país atravessa (Figura 9). Por outro lado, quanto

maior for o nível de rendimentos maior é a probabilidade de o entrevistado continuar a viver em Portugal (Figura 10). Isto pode ser lógico uma vez que o imigrante que possui um rendimento satisfatório, dificilmente quererá voltar ao país de origem, particularmente no caso de imigrantes oriundos de países menos desenvolvidos, caso do Brasil. Em consonância, essa intenção é mais intensa entre os respondentes empregados, com contrato efectivo de trabalho. É de destacar, como era de esperar, que no caso dos desempregados, prevalece a intenção de deixar Portugal (60%).

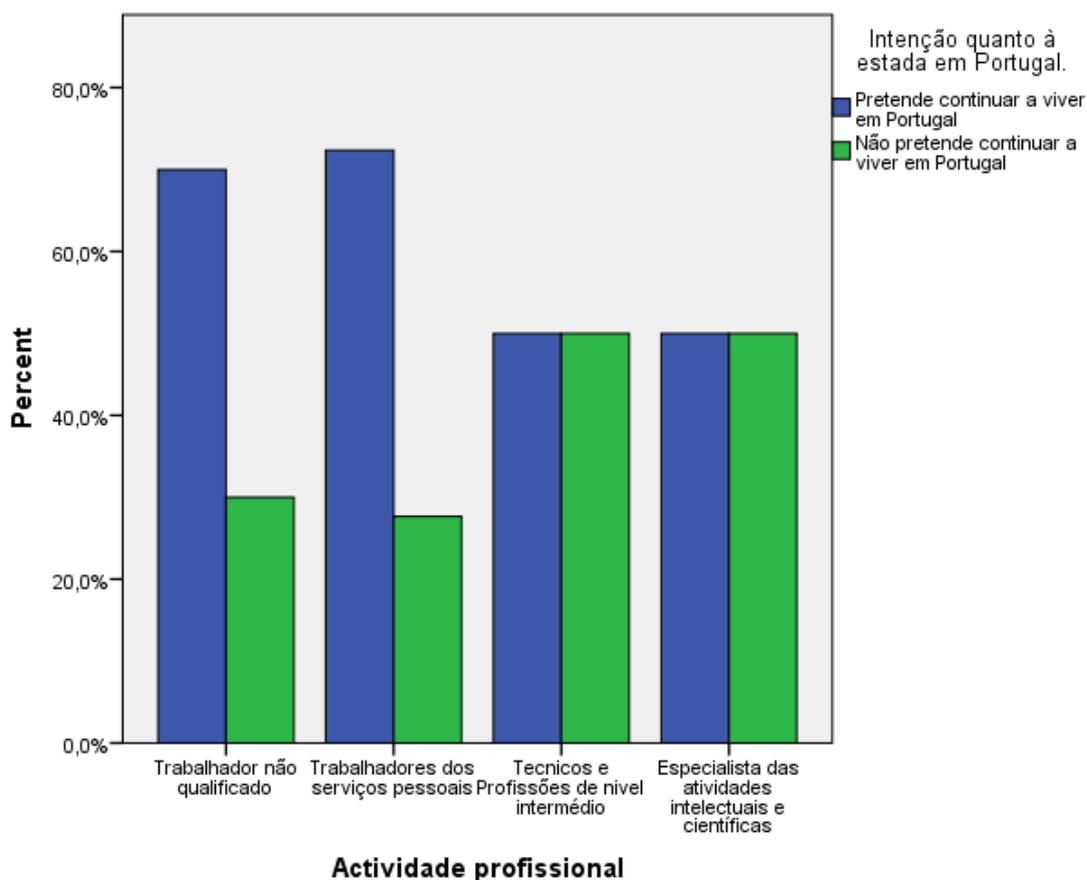


Figura 9. Intenção quanto à estada em Portugal por actividade profissional.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

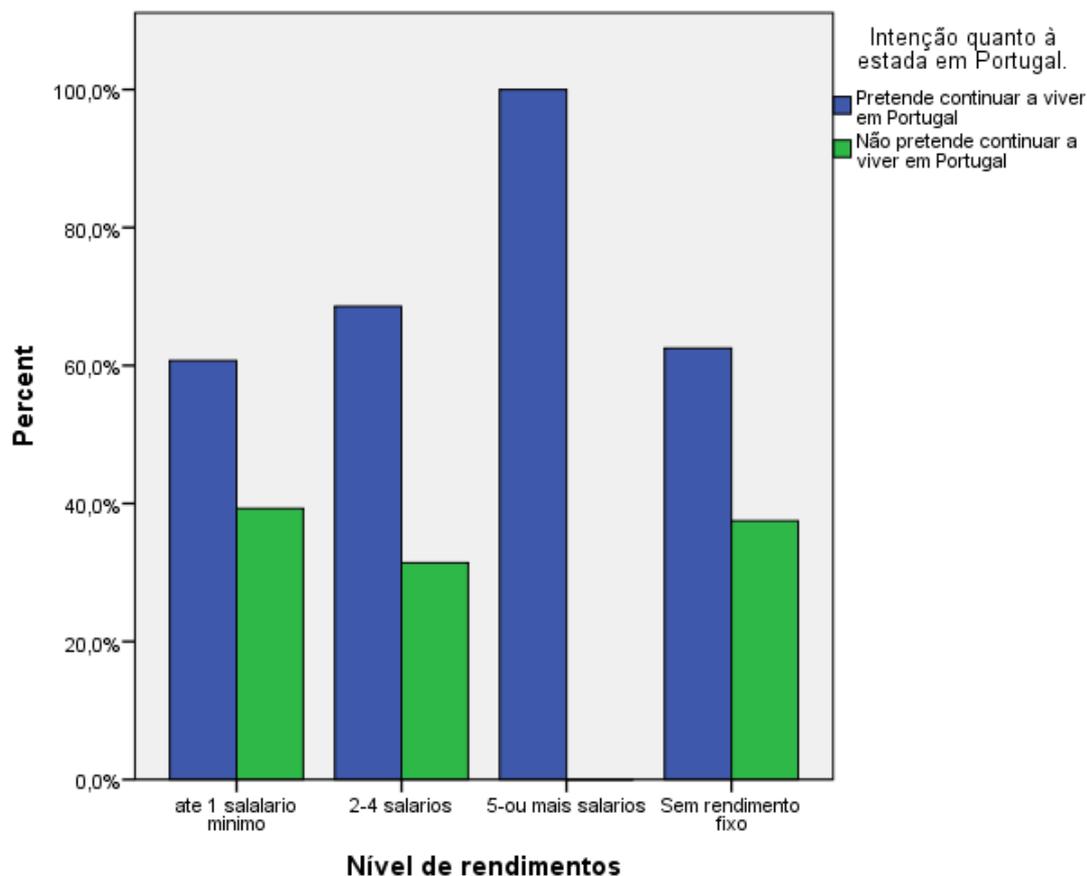


Figura 10. Intenção quanto à estada em Portugal por nível de rendimentos.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Apenas entre os entrevistados que apontaram a “continuação dos estudos no exterior” como principal razão para partir do Brasil prevalecem aqueles que não tencionam continuar a viver em Portugal, pois esses imigrantes saíram do país para obter qualificações profissionais no exterior com a intenção de posteriormente entrarem no mercado brasileiro. Ao contrário, e como era de esperar, entre os que mencionaram razões económicas e familiares, a intenção de permanecer em Portugal predomina nitidamente (Figura 11).

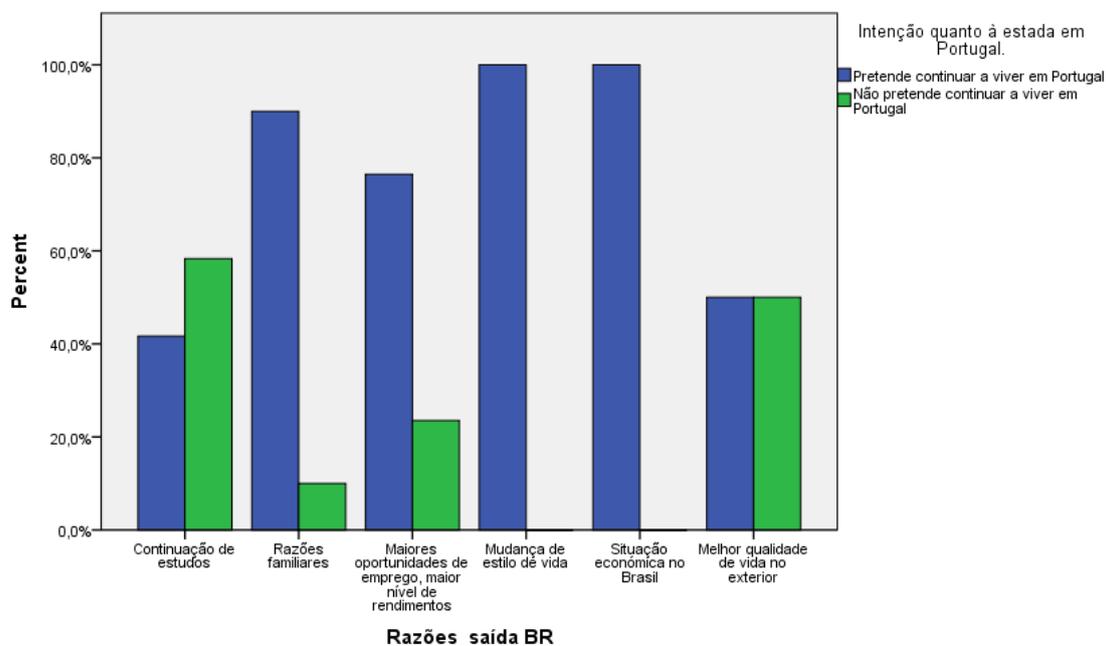


Figura 11. Intenção quanto à estada em Portugal por razões de saída do Brasil.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Entre os entrevistados que responderam “fala-se a mesma língua” e “facilidade de entrada no país”, bem como ser “o país natal do cônjuge, e/ou família ou contacto”, como as principais razões para a escolha de Portugal como país de emigração, a intenção de continuar a viver em Portugal prevalece claramente (Figura 12). O facto de portugueses e brasileiros falarem o mesmo idioma permite que os imigrantes se adaptem mais rapidamente aos costumes e facilita a inserção no mercado de trabalho e as relações sociais. Outro ponto importante é que os inquiridos que possuem cônjuge e/ou família ou contacto em Portugal também enfrentam menos dificuldades pois o apoio familiar ou de um amigo é de grande importância.

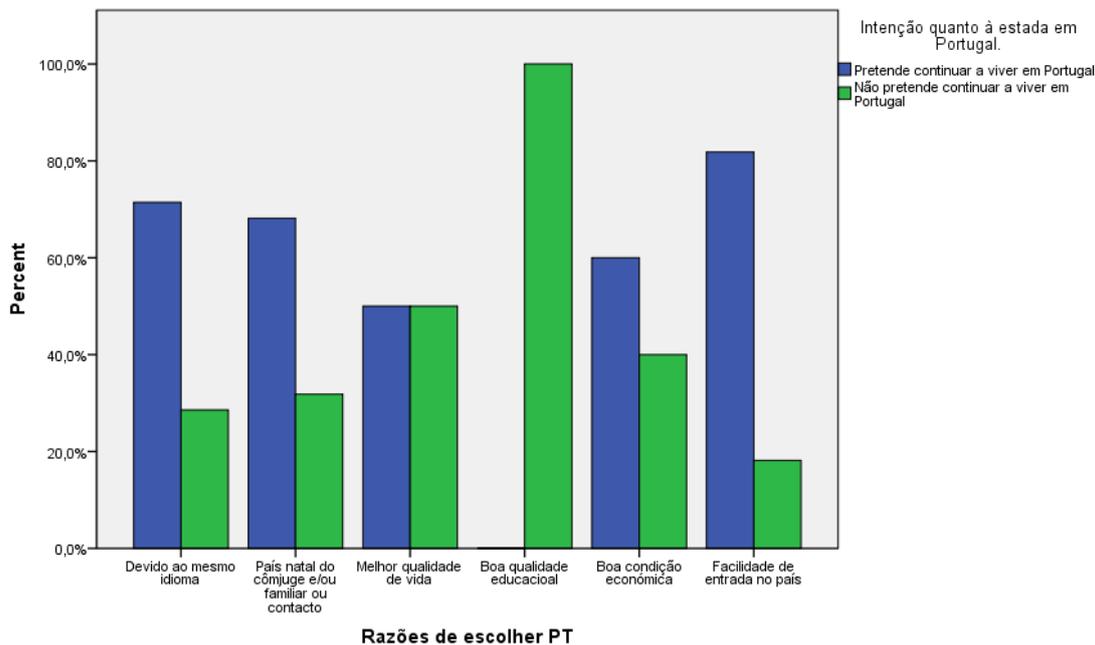


Figura 12. Intenção quanto à estada em Portugal por razões de ter escolhido Portugal.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Após análise destas variáveis conclui-se que a intenção de permanecer em Portugal é mais forte entre os imigrantes: homens, mais velhos, casados com cônjuge português, com estada mais longa e com menores qualificações profissionais. Por outro lado, a vontade de retornar ao Brasil é mais forte entre os indivíduos do sexo feminino, mais jovens, solteiros e com melhor qualificação profissional.

III. 3. Razões dos imigrantes brasileiros para continuar a viver em Portugal

Como já foi referido, uma grande maioria dos inquiridos manifestou a vontade de continuar a viver em Portugal. Entretanto, as razões apontadas são diversificadas, ou seja, variam de acordo com o perfil dos imigrantes. Nota-se que, tanto entre os inquiridos do sexo masculino como do feminino, prevalecem as razões familiares. Contudo, no caso das mulheres “as boas condições de emprego” são quase tão importantes quanto a família (Figura 13).

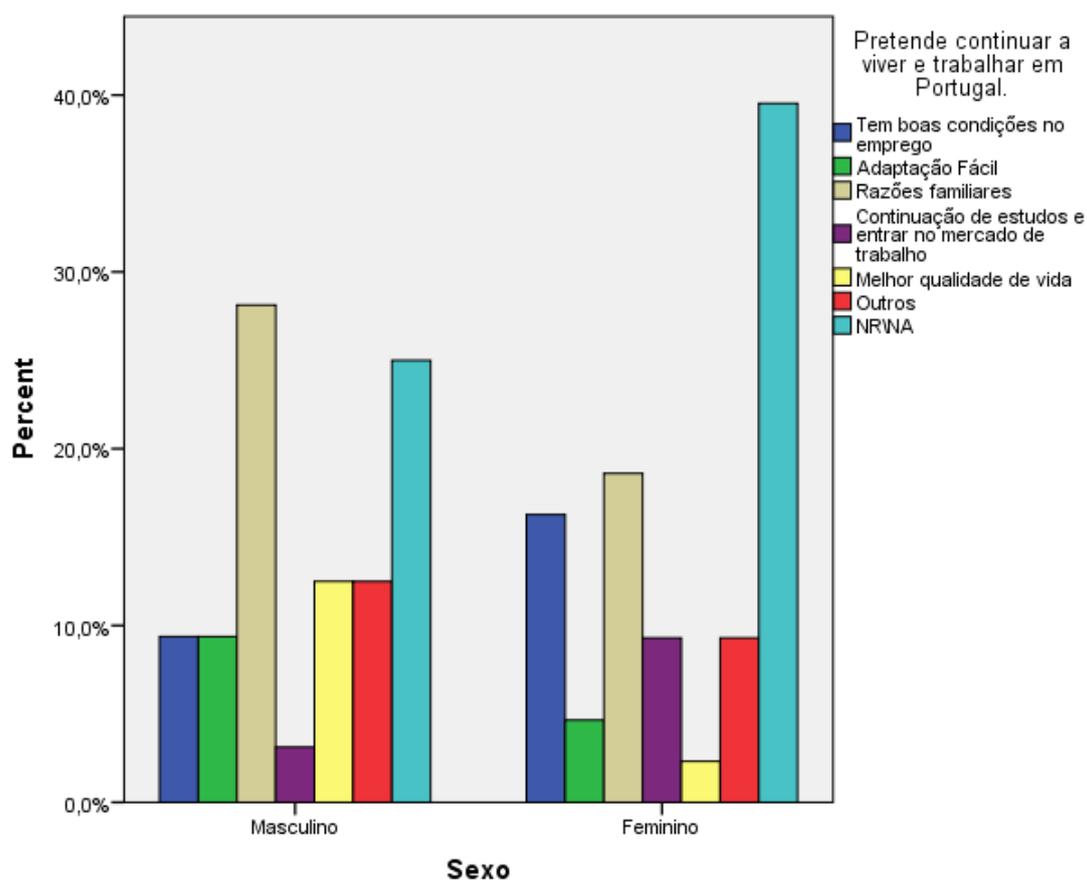


Figura 13. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com o sexo.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Assis (2002 em Silveira Junior, 2007: 202), quando estudou a emigração de brasileiros para a América do Norte, menciona que a maior evidência das mulheres nos estudos sobre migrações, mostra que *“as mulheres deixam de ser vistas apenas como ‘aquelas que esperam’, mas como parte desse movimento de ‘fazer a América.’...”* ou ainda que as mulheres participam do processo migratório de forma mais intensa *“...tanto assegurando as redes de migração nos locais de origem, quanto nos de destino”...* *“isso possibilita às mesmas, mudanças significativas nas identidades de gênero...”*. Também, segundo o estudo de Sousa (2007) realizado em Roma, 43% das imigrantes brasileiras entrevistadas possuía nível superior. Isso significa que, não só em Portugal, a participação da mulher brasileira nas migrações vem aumentando significativamente.

Ficou, também, demonstrado que a idade do imigrante inquirido é uma variável discriminatória importante. De facto, enquanto que os imigrantes mais jovens (com menos de 45 anos) destacam as oportunidades de emprego secundadas pelas razões familiares como as principais razões para permanecerem em Portugal, os entrevistados mais idosos apontam quase que exclusivamente razões familiares (Figura 14).

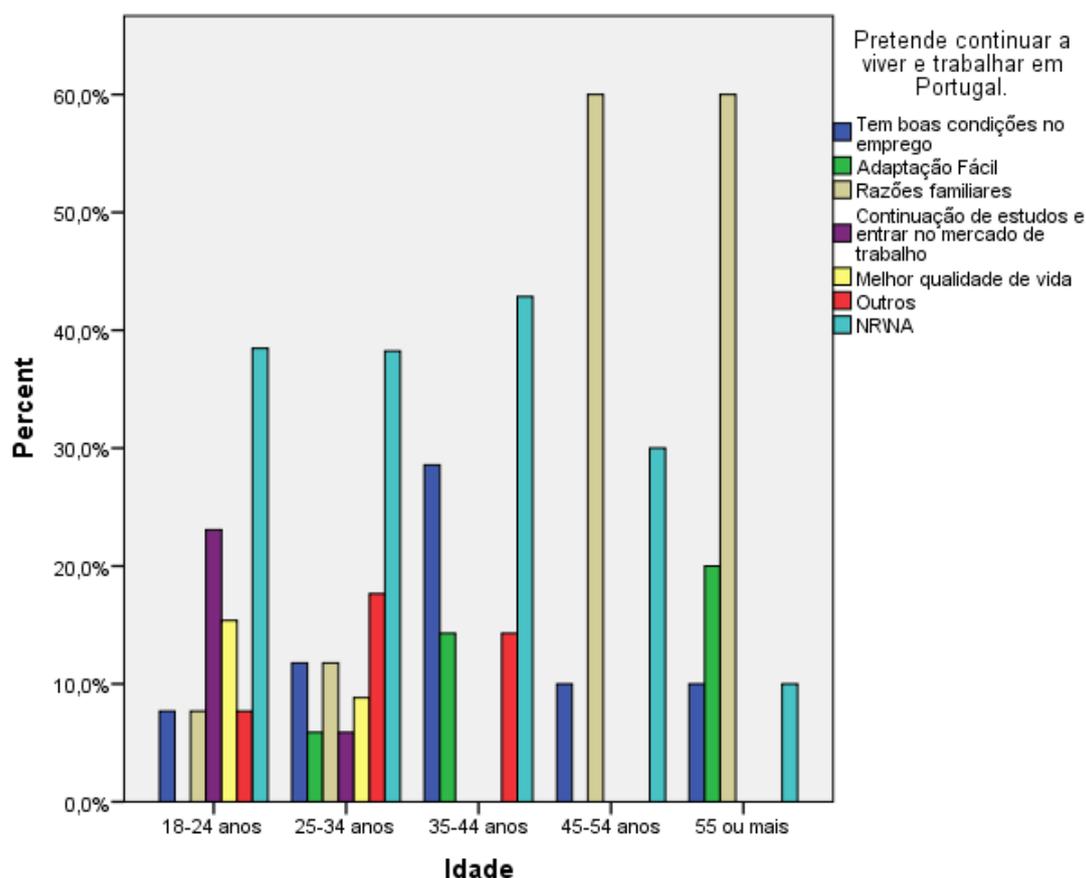


Figura 14. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com a idade.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Pressupõe-se que os inquiridos mais jovens possuem vínculos sociais e familiares menos fortes em Portugal devido a terem menor tempo de estada. Por isso, destacam as oportunidades de continuação de estudos e/ou as de emprego como a principal razão de permanecerem em Portugal. Inquérito realizado por Almeida (2012) aos imigrantes brasileiros em França reforça a ideia de que o imigrante brasileiro jovem (45 anos ou menos) imigra para Europa em busca de se especializar e, se possível, entrar no mercado de trabalho.

Há diferenças significativas entre as respostas dos entrevistados dependendo de seu estado civil (Figura 15). Enquanto nenhuma razão se destaca entre os solteiros, no caso dos inquiridos casados salientam-se as razões familiares e as boas condições de emprego, o que demonstra uma tendência maior para a fixação em Portugal em

comparação com os solteiros. Todos os inquiridos na categoria “outros”, eram viúvos, idosos e eram dependentes de familiares mais jovens (filhos). Isso faz com que 75% deles pretendam continuar a viver em Portugal por conta da dependência financeira.

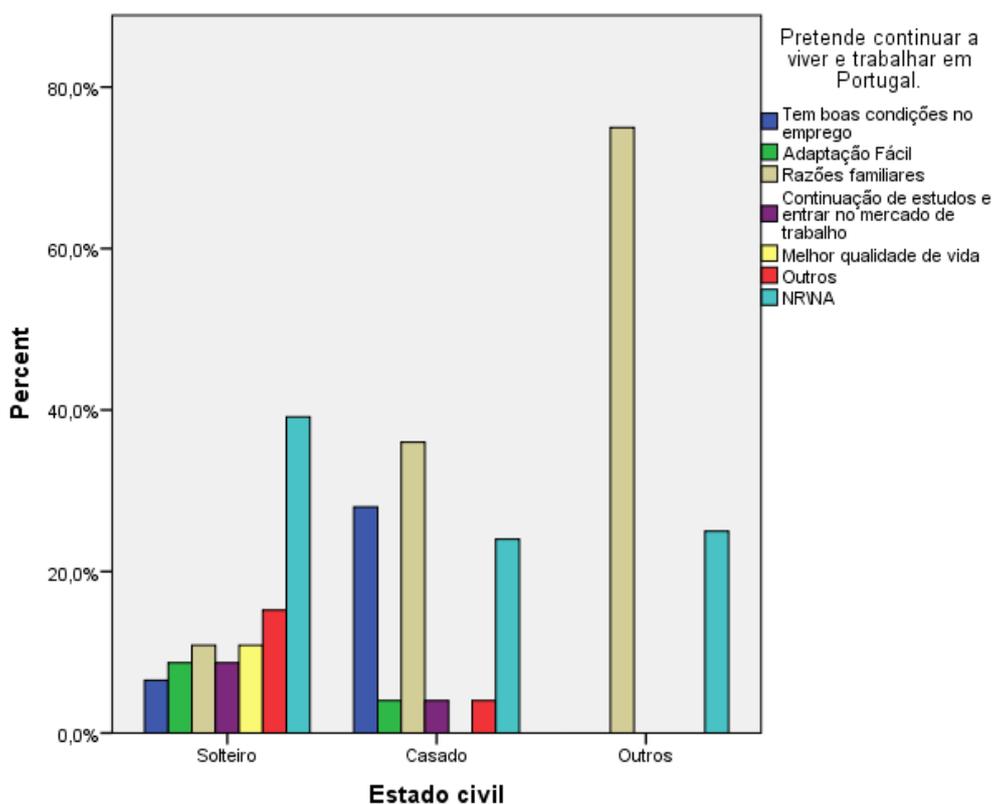


Figura 15. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com o estado civil.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Os inquiridos com cônjuges portugueses distinguem-se daqueles com cônjuges brasileiros pelo facto de destacarem as razões familiares e as boas condições de emprego para continuarem a viver em Portugal, ao passo que os casados com brasileiro (a)s não colocam em destaque nenhuma das razões apontadas (Figura 16). Assim, tudo indica que inquiridos com cônjuge português, por terem vínculos sociais mais fortes e, conseqüentemente, maiores contactos profissionais, têm maior facilidade em inserir-se no mercado de trabalho.

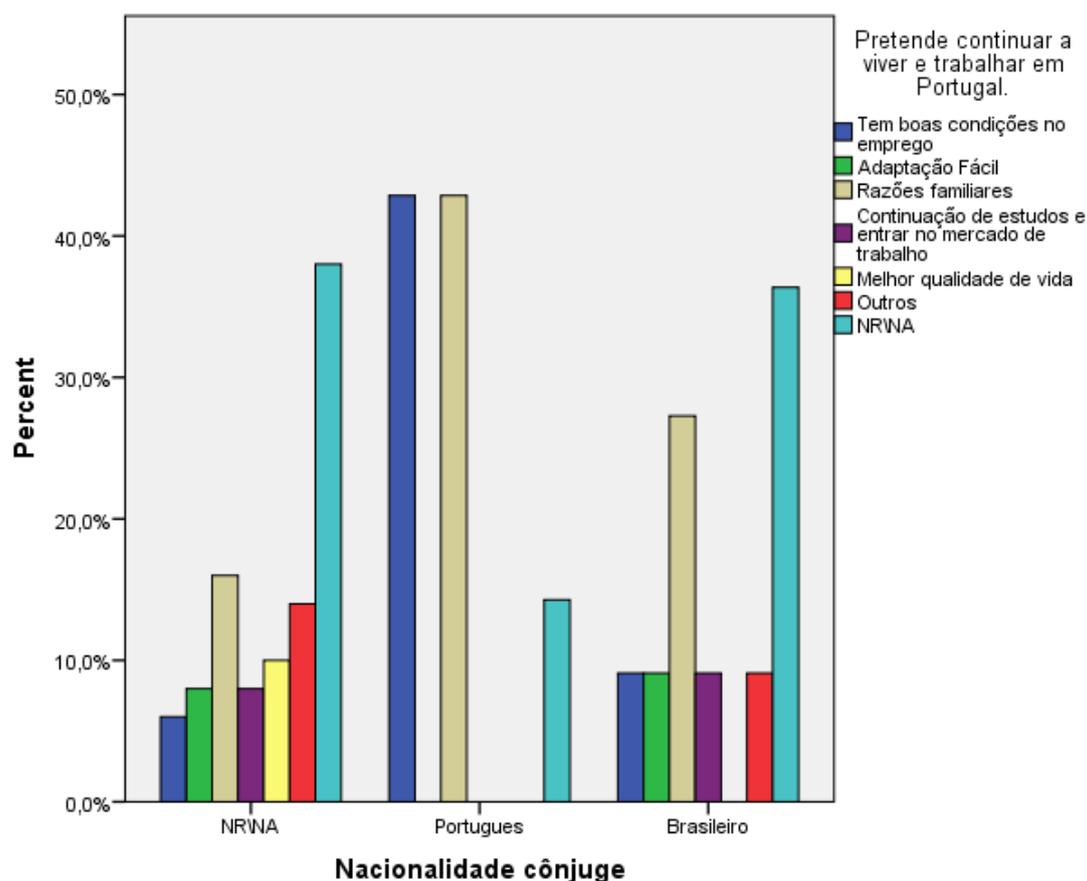


Figura 16. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com a nacionalidade do cônjuge.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Também, as razões familiares prevalecem claramente entre os entrevistados que têm a família nuclear a residir em Portugal enquanto que entre aqueles cujo núcleo familiar se reparte entre Brasil e Portugal, predominam as “boas condições de emprego”.

Os inquiridos que nasceram ou partiram de Estados brasileiros com maior nível de desenvolvimento diferem nitidamente daqueles que nasceram ou partiram de Estados com menor nível de desenvolvimento quanto às razões de continuar a viver em Portugal (Figuras 17 e 18). De facto, os entrevistados provenientes de Estados mais desenvolvidos do Sudeste e Sul do Brasil, onde reside a maior parte da comunidade portuguesa, invocaram razões não económicas, principalmente familiares, enquanto

que os imigrantes que partiram de Estados menos desenvolvidos, como a Bahia e o Nordeste, mencionaram as “boas condições de emprego em Portugal”.

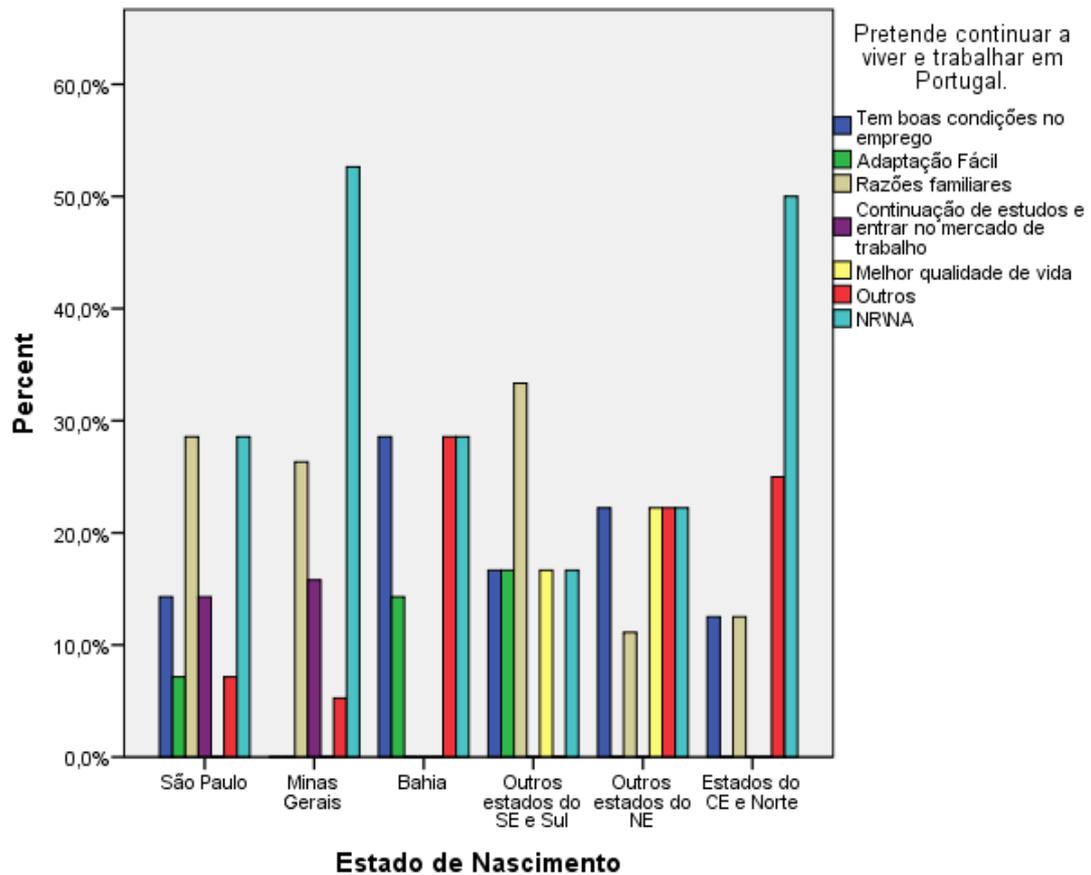


Figura 17. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com Estado de nascimento.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

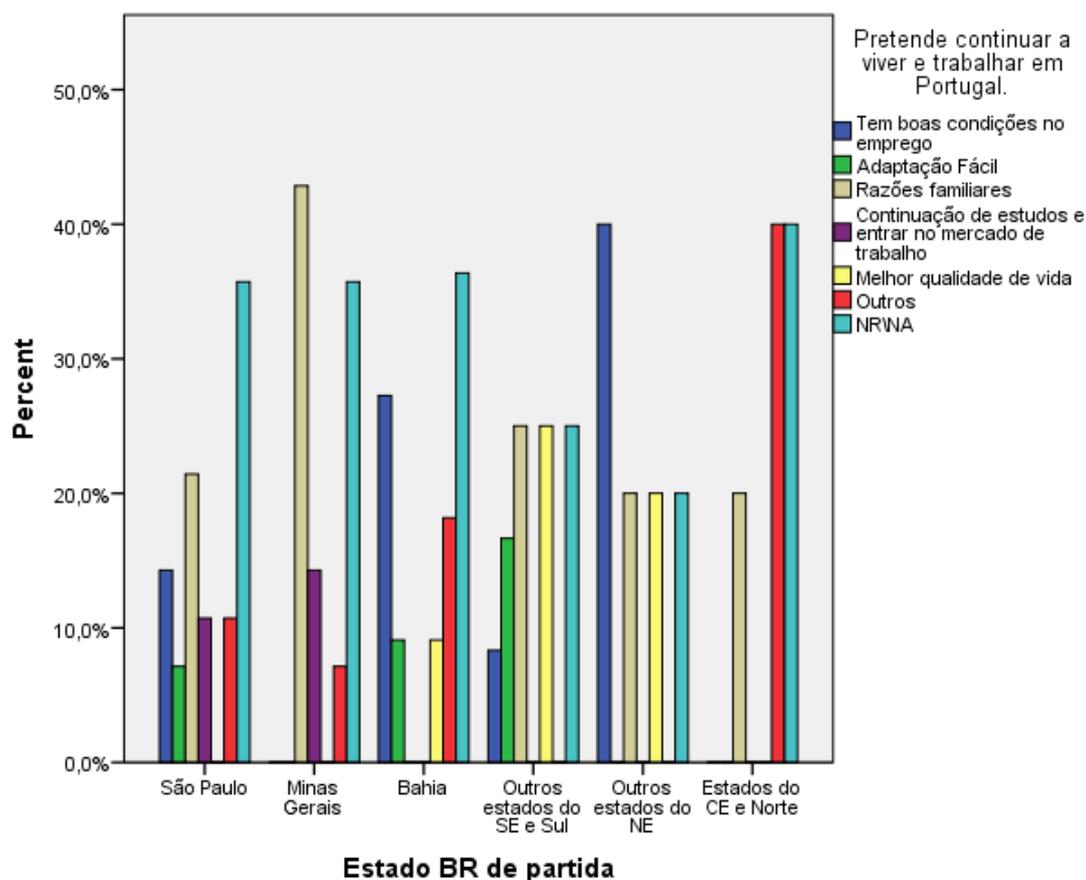


Figura 18. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por Estado de partida.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Entre os imigrantes que chegaram a Portugal antes de 1990, é notória a importância da família como razão para a sua permanência no país. Por outro lado, os entrevistados que entraram em Portugal nos anos 2000 dão maior importância a “outras razões⁶” e igual importância às razões familiares e às boas condições de emprego. Por outro lado, os que imigraram nos anos 2010, dão maior valor à “melhor qualidade de vida”, seguida da “continuação de estudos e posterior entrada no mercado de trabalho português” e das “razões familiares” (Figura 19).

⁶ Entre as outras razões, destacam-se as relacionadas com uma “maior tolerância com a opção sexual” e “mudança de estilo de vida”.

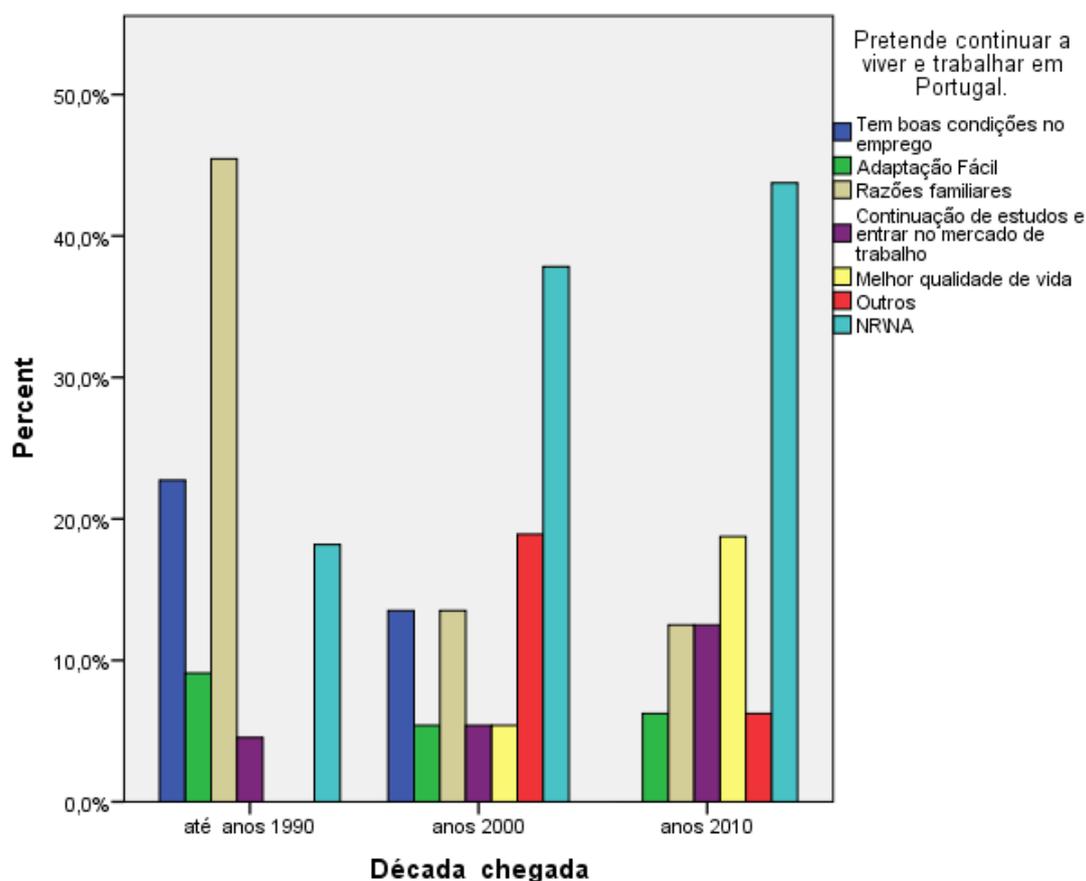


Figura 19. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por década de chegada.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Pressupõe-se que os imigrantes que chegaram até o fim dos anos 1990 possuem vínculos familiares e sociais estáveis em Portugal, muitas vezes mais fortes do que os vínculos existentes com indivíduos no Brasil, como foi expresso em algumas entrevistas. Por outro lado, durante as mesmas, foi constatado que, a maior parte dos inquiridos que chegaram nos anos 2000 e 2010 têm a maior parte da família morando no Brasil são: (i) mais jovens do que os inquiridos que chegaram em décadas anteriores; (ii) estudantes do ensino superior e (iii) mencionaram que o ponto positivo de se viver em Portugal é a melhor qualidade de vida, principalmente devido à maior segurança.

Os entrevistados que possuem o ensino secundário completo, principalmente os que obtiveram esse grau em Portugal, optaram por mencionar as razões familiares

como as mais importantes na sua decisão de permanecer no País (Figura 20). Por outro lado, os imigrantes com ensino superior concluído em Portugal apontaram “as boas condições de emprego” seguido das razões familiares. Em geral estes imigrantes chegaram ainda jovens adultos a Portugal, já estão inseridos no mercado de trabalho e possuem a maior parte ou até toda a família em Portugal.

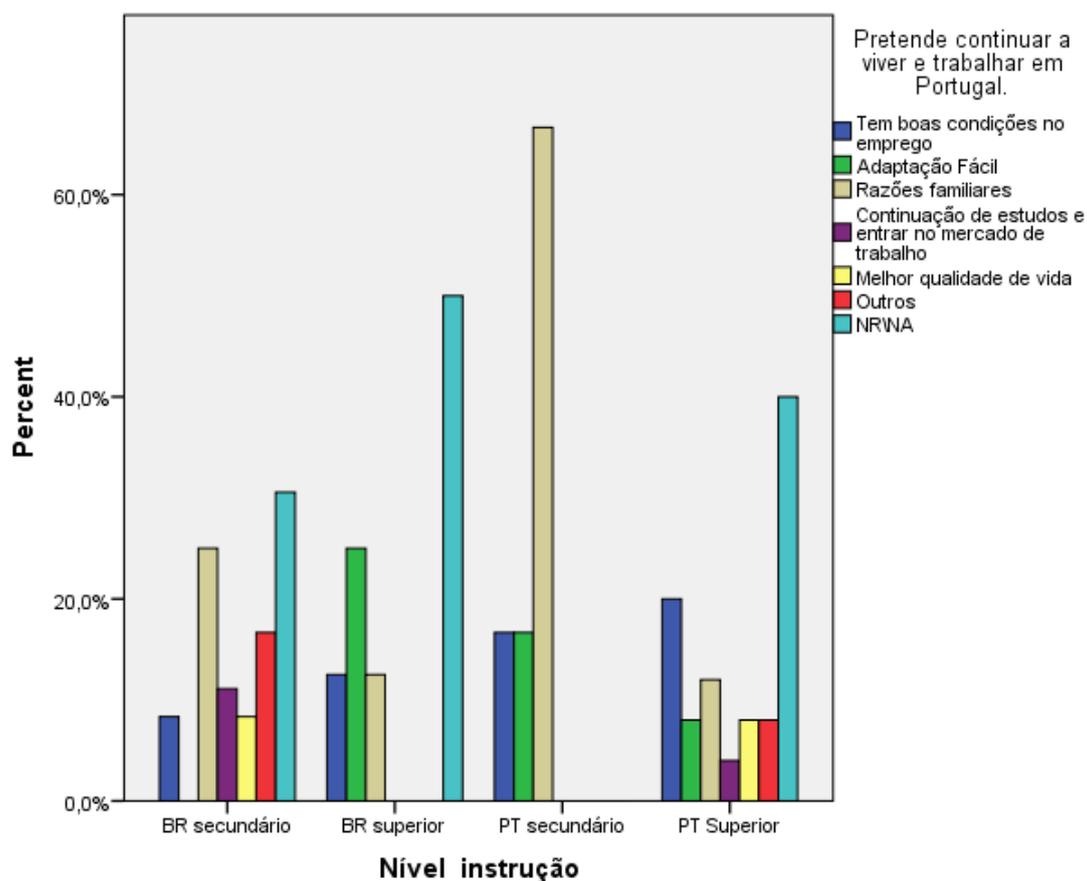


Figura 20. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por nível de instrução.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Uma importante ilação que se retira da análise das respostas sobre a intenção dos imigrantes de permanecer em Portugal é que as razões apontadas como principais diferem significativamente consoante a profissão dos inquiridos. Enquanto que as razões familiares predominam entre os trabalhadores dos serviços pessoais e, principalmente entre os trabalhadores não qualificados, que maioritariamente

auferem salários mais baixos, as boas condições de emprego são as razões apontadas com mais frequência entre os técnicos e profissionais de nível intermédio e os especialistas das actividades intelectuais e científicas que, em regra, recebem salários mais altos (Figura 21 e 22).

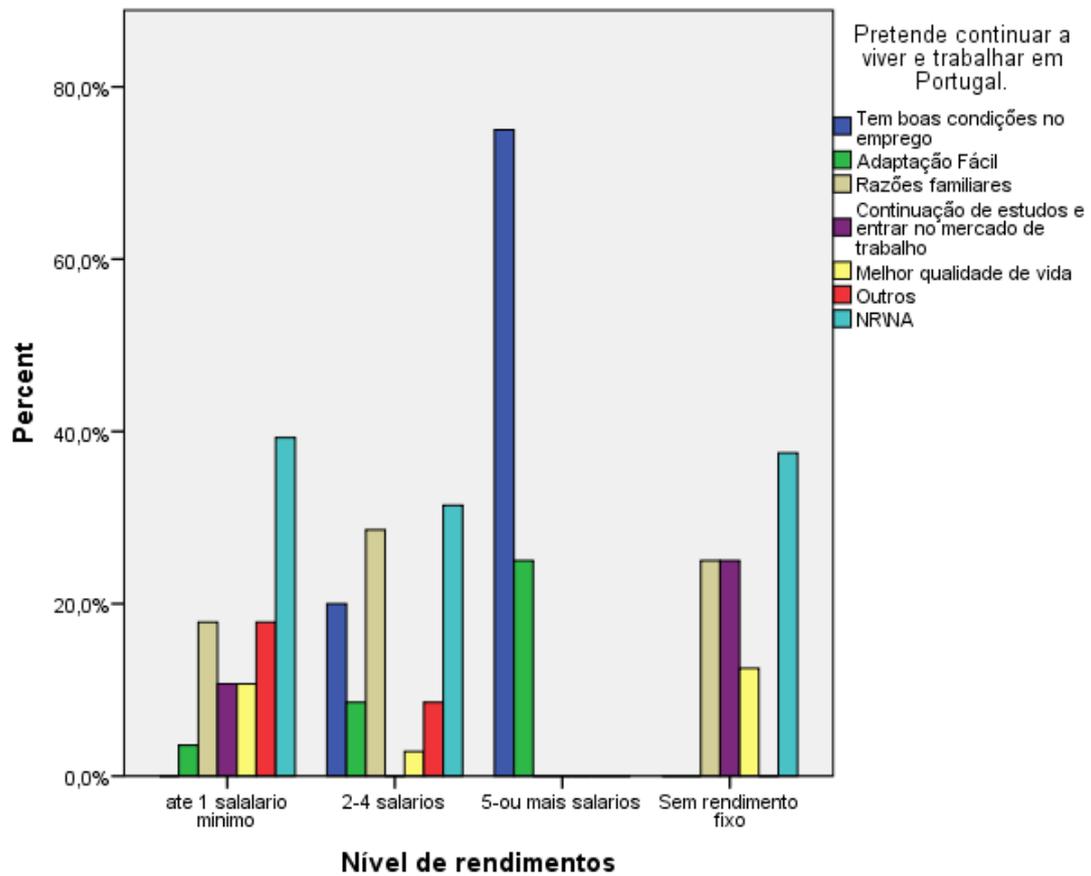


Figura 21. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por nível de rendimentos.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

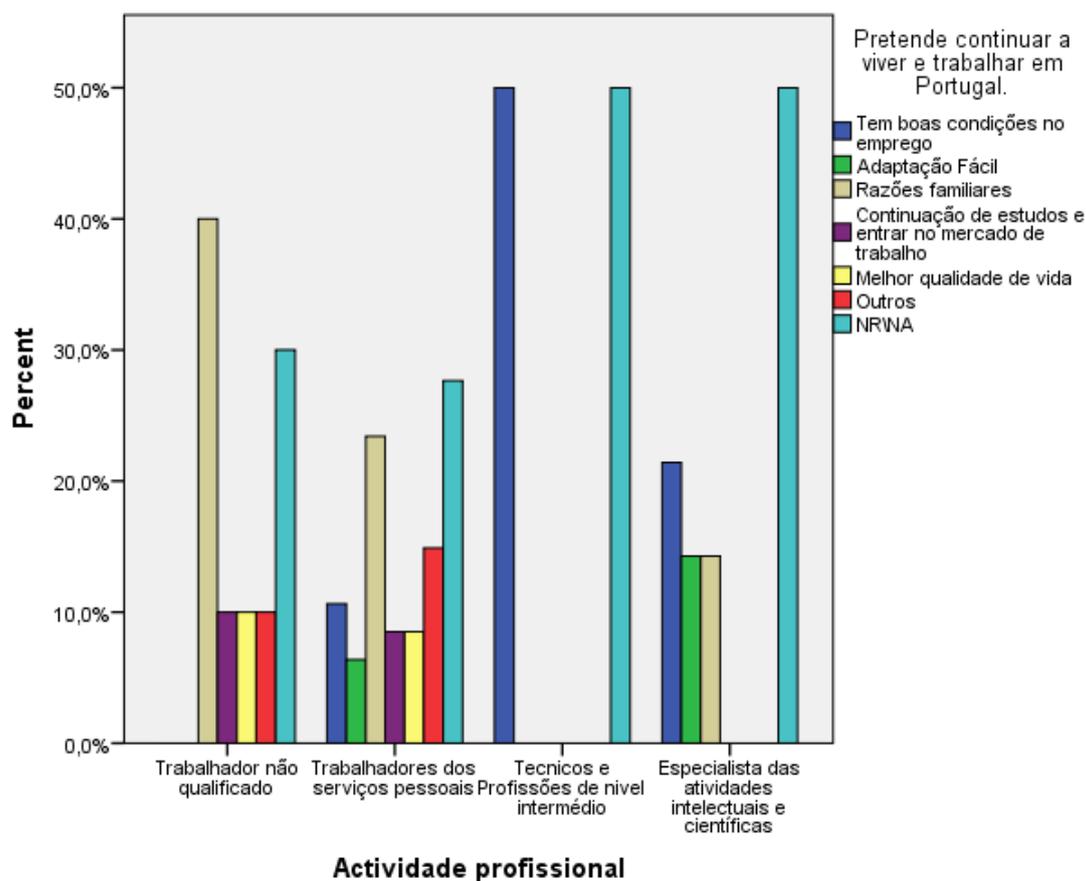


Figura 22. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por actividade profissional.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Neste último grupo de profissões, entre as respostas destacam-se, também, “a adaptação fácil” e as “razões familiares”.

Quanto ao tipo de contrato de trabalho, as razões familiares prevalecem entre os imigrantes com contrato efectivo seguidas das boas condições de emprego (Figura 23). Por outro lado, além da resposta “razões familiares”, “a continuação dos estudos e a posterior entrada no mercado de trabalho” também se destaca entre os trabalhadores sem contrato efectivo. Isso resulta do facto de que muitos estudantes estão inseridos no mercado de trabalho português, exercendo funções inferiores ao nível de escolaridade que possuem. Segundo um inquérito realizado por Evans (2010) a brasileiros em Londres, muitos dos que obtiveram um grau do ensino superior na

terra natal obtêm apenas trabalhos de baixa qualificação ou que não exigem qualificação alguma.

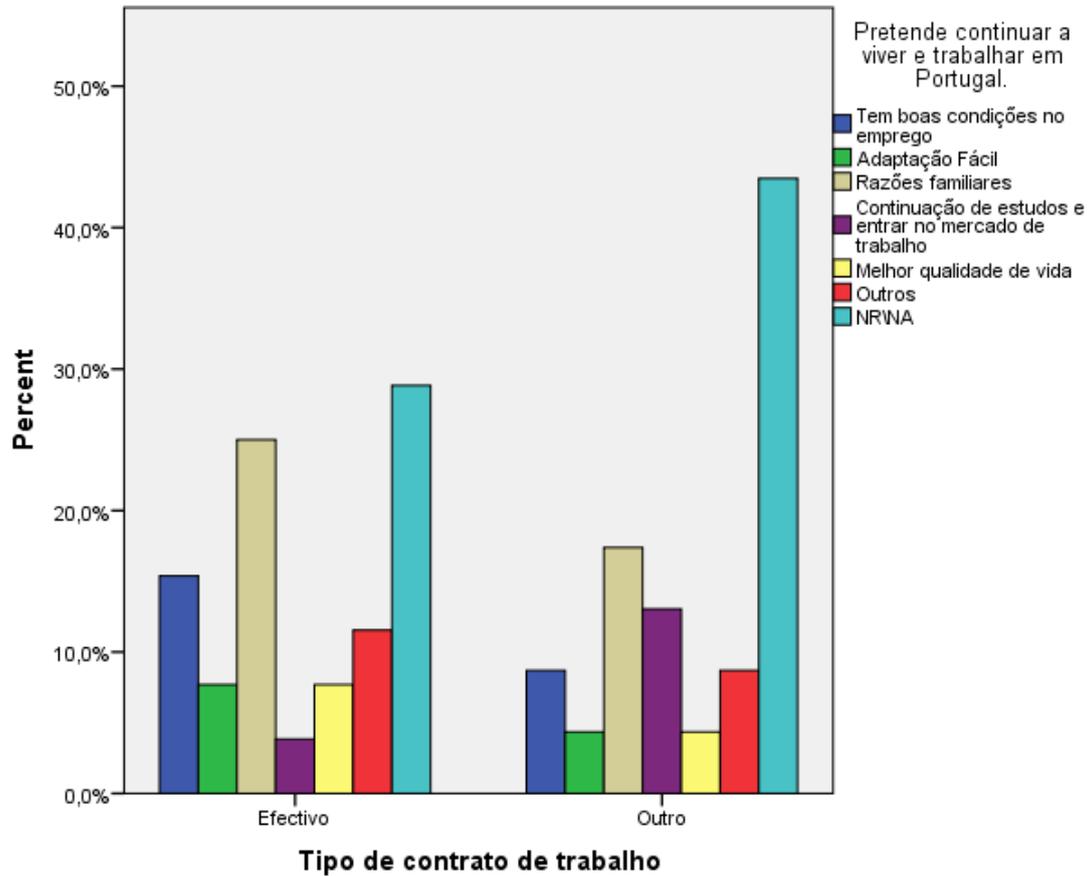


Figura 23. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por tipo de contrato de trabalho.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

As razões apontadas pelos imigrantes inquiridos para continuarem a viver em Portugal diferem consoante as razões que levaram à sua partida do Brasil (Figura 24). Os que deixaram o Brasil à procura de maiores oportunidades de emprego e, conseqüentemente, maior nível de rendimentos, escolheram “outras razões” (“maior tolerância com a opção sexual”, “não possuir familiar no Brasil”, entre outras) sendo que é de certo modo surpreendente as razões económicas não figurarem entre as

principais razões, como seria de esperar.⁷ Por outro lado, os que partiram para continuar seus estudos (quase sempre no ensino superior) escolheram a melhor qualidade de vida no exterior, tendo sido também apontadas as boas condições de emprego, a adaptação fácil e as razões familiares, com igual importância. Isso ocorre devido a Portugal oferecer um estilo de vida totalmente diferente que o encontrado na maioria das cidades brasileiras, estilo de vida que só pode ser conhecido com o contacto quotidiano, logo não aparecem nas razões de saída do Brasil. A intenção que aparentemente é prioritária de estudar ou até trabalhar, rapidamente é substituída por outros atractivos que dificilmente são encontrados nas cidades brasileiras. Para estes estudantes, Lisboa é uma cidade agradável de se viver, seja pela tolerância à diversidade, seja pelo seu aspecto multicultural e cosmopolita. Curiosamente, nenhum dos que partiu do Brasil para continuar os estudos em Portugal, apontou este facto e a posterior entrada no mercado de trabalho como a principal razão para continuar em Portugal o que em parte explica a prevalência entre eles dos que querem regressar ao Brasil.

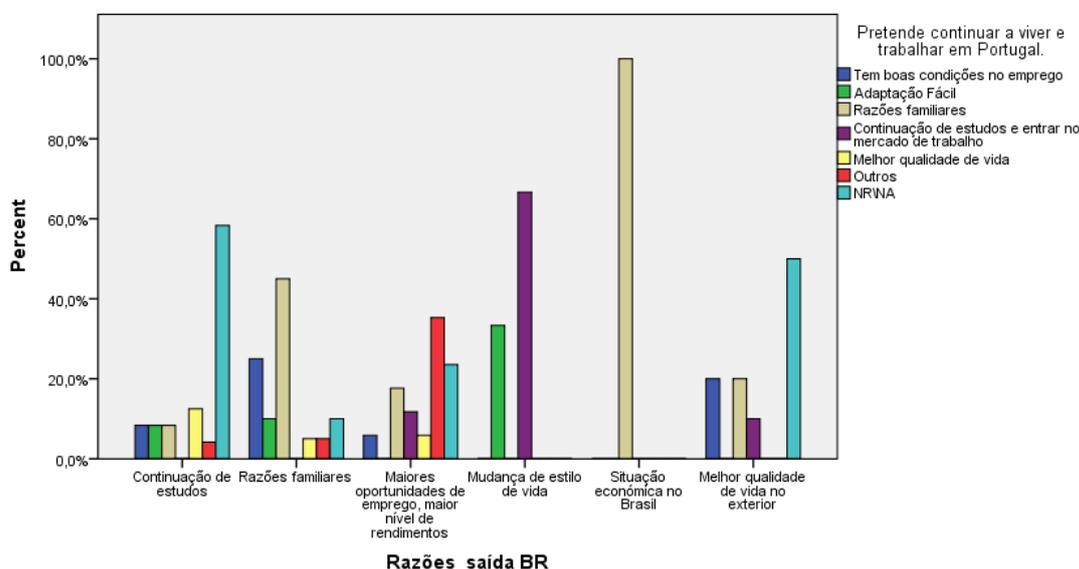


Figura 24. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com as razões da saída do Brasil.

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

⁷ As outras respostas não foram analisadas por sua frequência ser muito pequena.

Os imigrantes que escolheram Portugal devido a falarem a mesma língua dos nacionais invocaram mais frequentemente as razões familiares para continuar a viver em Portugal, embora as razões económicas e culturais tenham quase igual importância. Isso ocorre, pelo facto do imigrante, por saber falar a mesma língua que a população nacional, se integra com maior facilidade tanto na vida cultural e social como na económica. Nemirovsky (2010), por exemplo, retrata as dificuldades passadas pelos imigrantes portugueses na Argentina na década de 1970 devido à diferença de idioma. Os portugueses pensavam que a Argentina fazia parte do território brasileiro e, conseqüentemente, o português era o idioma oficial desse país.

E, para concluir, como era de esperar, os entrevistados que mencionaram ter escolhido Portugal por ser o país natal do cônjuge, da família ou de conhecidos, pretendem continuar a viver no País por razões familiares, seguidas de longe pelas razões económicas.

III. 4. Razões dos imigrantes brasileiros para não continuar a viverem em Portugal⁸

A falta de emprego em geral ou a falta de emprego em sua área de formação, foram as razões mencionadas por praticamente todos os imigrantes que manifestaram a intenção de partir de Portugal. Isto, evidentemente, reflecte a situação de crise económica e social que o país vive e que se sente mais fortemente no mercado de trabalho. Contudo, há diferenças no perfil sociodemográfico dos inquiridos quanto à prevalência de uma ou outra razão relacionada com a falta de emprego como principal razão de não continuar a viver no País.

Assim, “a falta de emprego em sua área de formação” é a razão predominante entre imigrantes: mulheres; mais jovens; com cônjuge português; cuja família se encontra no Brasil ou no Brasil e em Portugal; com grau de ensino superior obtido em Portugal, provenientes ou nascidos nos Estados de São Paulo e Minas Gerais; empregados; trabalhadores de serviços pessoais; com contrato de trabalho efetivo; com rendimentos entre dois a quatro salários; cuja razão de saída do Brasil foi a continuação dos estudos e cuja razão da escolha de Portugal como país de emigração foram a partilha da mesma língua e ser o país natal do cônjuge, familiar ou amigo/conhecido.

Por outro lado, “a falta de qualquer oportunidade de emprego” foi mencionada pela maior parte dos imigrantes: homens; trabalhadores não qualificados; sem contrato efetivo de trabalho; sem rendimento fixo; provenientes de Estados nordestinos e que saíram do Brasil à procura de maiores oportunidades de trabalho e consequentemente, com maior nível de rendimentos.

No entanto, muitos dos imigrantes que tencionam partir de Portugal, declararam que se encontrassem emprego na sua área de formação permaneceriam, mesmo que os rendimentos fossem menores do que no Brasil. Vale a pena ressaltar

⁸ Por haver um número pequeno de entrevistados (25) que tencionava partir de Portugal, não foi possível levar em consideração todas as categorias de respostas, cruzadas com as características dos respondentes. Assim, é apresentada uma síntese da análise dos cruzamentos das categorias com maior frequência de respostas.

que alguns inquiridos afirmaram que regressariam a Portugal assim que a situação económica do país melhorasse.

CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objectivo determinar os factores que influenciam os imigrantes brasileiros na tomada de decisão quanto à sua estadia em Portugal, se permanecer ou não, numa conjuntura económica que pode estar provocando mudanças nos fluxos migratórios entre Portugal e Brasil.

A ilação principal retirada da análise do inquérito aos imigrantes brasileiros na AML é que a maioria deles pretende continuar a viver em Portugal. Foi interessante também constatar que os laços familiares se tornaram o factor preponderante na tomada dessa decisão uma vez que a grande maioria dos entrevistados que pretende continuar a viver em Portugal possui família no País sendo que muitos deles têm cônjuge português. Em parte, isto é fruto de uma migração que teve início já há mais de 30 anos e cuja boa parte da comunidade está actualmente fixada, constituindo uma rede de apoio aos novos imigrantes. Assim, pode-se concluir que a abordagem da Sociologia Económica de Portes (2007), nomeadamente quando conjuga as perspectivas holística e individualista das migrações, com destaque para os laços familiares, bem como a abordagem de Alberts (2005), que coloca em destaque os factores pessoais, são as que melhor podem explicar a decisão do imigrante brasileiro em permanecer em Portugal.

Contudo, a actual conjuntura de crise económica em Portugal, vem dificultando a inserção do imigrante brasileiro no mercado de trabalho, mesmo havendo entre os entrevistados, uma quantidade considerável de indivíduos qualificados, dos quais a maioria possui um grau de ensino superior. De facto, a crise económica tornou o mercado de trabalho mais competitivo. Paralelamente a actual conjuntura do Brasil oferece melhores condições de empregabilidade e maior nível de rendimentos, principalmente no caso dos profissionais qualificados. De facto, concluiu-se da análise das respostas do inquérito que, quando se trata dos factores que influenciam a decisão de sair de Portugal, as razões de ordem económica prevalecem. Consequentemente, quase todas as razões apontadas para o retorno de cerca de um terço dos entrevistados tinham a ver com a falta de oportunidades de emprego. Logo, no caso português, a abordagem de Alberts (2005) das migrações de retorno, onde dá relevo

às questões profissionais, em que combina os factores de atracção no país de origem e de repulsão no país de acolhimento, é a que mais se adequa ao estudo do retorno de imigrantes brasileiros.

Em estudos recentes tem-se afirmado que o fluxo de imigrantes brasileiros para Portugal está a diminuir de intensidade. Entretanto, o que se nota é que vem ocorrendo uma mudança no perfil socioeconómico desses imigrantes, principalmente no perfil dos que chegaram após 2010, pois tudo indica que se está a assistir ao início da formação de uma “nova vaga migratória”. Estes imigrantes são caracterizados por serem mais jovens do que os imigrantes das décadas passadas, maioritariamente do sexo feminino e com elevada qualificação profissional. Uma grande parte vem com o objectivo de continuar os seus estudos e não pretende permanecer em Portugal após o término dos mesmos, pois não quer desempenhar funções que não condizem com a qualificação profissional que possui.

Assim, tudo indica que o retorno de brasileiros devido a questões económicas pode ser compensado, pelo menos a médio prazo, por esse novo fluxo de imigrantes-estudantes.

Uma vez que o imigrante desempenha um papel importante na sociedade e economia portuguesas, torna-se urgente promover a fixação dos imigrantes que mostram a intenção de retornar ao Brasil. A aplicação de algumas das seguintes medidas pode diminuir o fluxo de saída: a) diminuição do valor das taxas para autorização de residência (AR); b) diminuição da burocracia para a concessão de AR com o direito ao trabalho cujo processo peca pela morosidade; c) emissão de uma AR universal, acabando assim com os diferentes tipos de AR, aumentando a velocidade de entrada dos imigrantes no mercado de trabalho.

Referências Bibliográficas

ACIDI (2011), *Brasileiros: A maior comunidade imigrante em Portugal*, Revista ACIDI, nº 90.

Agualusa, J. et. al. (2012), *10 Percursos Essenciais: Lisboa e Tejo e tudo...*, 7pp. Lisboa. Turismo Lisboa e Vale do Tejo. Disponível em: http://pedroalmeidavieira.com/assets/media/guiatouring_pdf.pdf

Alberts, H. and Hazen, H. (2005), There are always two voices: International Students Intentions to Stay in the United States or Return to their Home Countries, *International Migration* Vol. 43.

Almeida, G. (2012), *De estudante a migrante: Percursos e percalços de brasileiros na França. Novas e Velhas Configurações da Imigração Brasileira na Europa - 2º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa*. Lisboa, pp 69-84

Assis, O. (2002), *Estar Aqui, Estar Lá ... Uma Cartografia da Vida entre o Brasil e os Estados Unidos*. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5289&Itemid=360

Baldin, Nelma e Munhoz, E. (2011), *Snowball (Bola de neve): Uma técnica metodológica para pesquisas em educação ambiental comunitária*. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf

BANCO MUNDIAL. (2003), *Globalização, Crescimento e Pobreza*. Núcleo de Estudos da População/UNICAMP: São Paulo: Futura.

Biernacki, P.; Waldorf, D. (1981), *Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling, Sociological Methods & Research*, vol. 2.

Cassarino, J. P. (2004), Theorising Return Migration: The Conceptual Approach to Return Migrants Revisited, *International Journal on Multicultural Societies*, vol. 6, 2.

Castells, S. (1999), *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra. (vol. 1)

Castles, S. (2000), International Migration at the Beginning of the Twenty-First Century: Global Trends and Issues, *International Social Sciences Journal*, UNESCO, nº 165.

Castles, S. (2005), *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios. Dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de século.

Castro, A. (2011), Abordagens teóricas da migração internacional, *Interdisciplinar – Revista Eletrônica da UNIVER*, nº,5, p.23-29.

Eccles, R. G, Nohria, N. (1992), *Networks and Organizations. Structure, Form, and Action*. Boston: Harvard Business School Press.

Esteves, M. C. (org.) (1991), *Portugal, país de imigração*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Evans, Y. (2010), Brasileiros em Londres: um perfil socioeconômico. Dossiê – Brasileiros em Londres, *Revista do migrante*, ano XXIII, nº 66.

- Figueiredo, J. (2005), *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento. Realidades compatíveis no contexto Europeu?* Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Teses/3_JMF.pdf
- Fonseca, L. (org.); Ormond M.; Malheiros, J.; Patrício, M.; Martins, F. (2005), *A reunificação familiar dos imigrantes em Portugal;* Lisboa: Observatório da Imigração/Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Fritz, C. (2005), *Older Minorities: A Demographic Profile*, Population Resource Center. Disponível em : http://prcdc.org/files/Older_Minorities.pdf
- Gimenez, R. (2003), *Qué es la inmigración. Problema y oportunidad? Cómo lograr la integración interculturalismo?* Barcelona, 20 pp. (R. B. A. Integral)
- Gomes, A. (2003), *Imigração, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho - O Caso Português*, Lisboa: INE, 132pp.
- Heisler, B. (2000), *The Sociology of Immigration – From Assimilation to Segmented Integration, from the American Experience to the Global Arena*, in B. Brettell e F. Hollifield: *Migration Theory: talking across disciplines*.
- Henriques, M. (2009), *Argumentos para uma viagem sem regresso. A imigração PALOP por via da saúde: Um estudo de caso*. 35pp. Observatório da imigração, Alto-Comissariado intercultural (ACIDI, I.P.)
- Lee, E. (1966), *A Theory of Migration*, *Demography*, vol. 3, nº. 1, p 47-57.
- Malheiros J. (coord.); Esteves. A. (coord.); Rodrigues, F.; Estêvão, M.; Mapril, J., Afonso, C. (2012), *Diagnóstico da situação da população imigrante em Portugal, características, problemas e potencialidades*: Lisboa: ACIDI/CEG_IGOT.
- Malheiros, J. (Org.), (2007), *Imigração brasileira em Portugal*, LISBOA: ACIDI
- Martine, G. (2005), *A Globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21*. São Paulo. Perspec. vol.19 no.3
- Masanet, E. (2012), *A imigração qualificada dos(as) médicos(as) brasileiros(as) na Espanha e em Portugal: quais as diferenças e as semelhanças?*, *Actas do 2º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa*. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Organização: Padilla, B. Et al.
- Massey, D. Alarcon, R. Durand, J. (1990), *The social organization of migration*, in *Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico*: University of California Press.
- Massey, D. Arango, J. Hugo, G. Kouaouci, A. Pellegrino, A. (1993) *Theories of International Migration: A Review and Appraisal*, *Population and Development Review*, Vol 19. Nº3 (Sep., 1993), pp. 431-466
- Massey, D. Arango, J. Hugo, G. Kouaouci, A. Pellegrino, A. (1998), *Worlds in motion: Understanding International Migration at the End of the Millenium*, Oxford: Oxford University Press.

- Muniz, J. O. (2002), *Um ensaio sobre as causas e características da migração*. UFMG/CEDEPLAR/ Demografia. Disponível em: http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf
- Nemirovsky, A.S. (2010), Conflictos y tensiones en el proceso de construcción social de la identidad de los inmigrantes portugueses en Argentina, em, *Do Fado ao Tango. Os Portugueses na Região Platina*, Lisboa: Mundos Sociais, p. 67-82.
- Nunan, C. e Peixoto, J. (2012), Crise econômica e retorno dos imigrantes Brasileiros em Portugal. *Rev. Inter. Mob. Hum.*, Brasília, Ano XX, Nº 38, p. 233-250, jan./jun.
- Padilla B. (2005), Integration of Brazilian immigrants in Portuguese society: problems and possibilities, *Socius – Working Papers*, ISEG/UTL, nº 1.
- Peixoto J.; Figueiredo A. (2007), Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal, em J. Malheiros (org.) *Imigração brasileira em Portugal*, LISBOA: ACIDI
- Peixoto, J. (2004), *As Teorias Explicativas das Migrações, Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade, Técnica de Lisboa. Disponível em : <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>
- Peixoto, J., (2009), A demografia da população imigrante em *Portugal: Percursos de Interculturalidade*: CEPCEP. Universidade Católica Portuguesa. Lages, M. e Artur, T. Lisboa: ACIDI, vol.2, pp. 7-48
- Piore, M. (1979), *Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Pires, R. P. (coord.), Machado, F. L.; Peixoto, J.; Vaz, M. J. (2010), *Portugal: atlas das migrações internacionais*, Fundação Calouste Gulbenkian, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa: Tinta da China.
- Portes, A. (1999), *Migrações internacionais: Origens, tipos e modos de incorporação, Oeiras: Celta*.
- Ratha, D. (2003), *Workers' Remittance: An Important and Stable Source of External Development Finance*. Washington DC. Economics Seminar Series. Paper 9.
- Ravenstein, E. G. (1885), The laws of migration, *Journal of the Royal Statistical Society*, Vol. 48, Part II, pp. 167-227.
- Roca, M. N.; Oliveira J. A. (2010), Perfil sociodemográfico dos imigrantes residentes no Concelho de Sintra, *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*, 6 a 9 de Outubro 2010, Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- Rodrik, D. (2001), Comments at the Conference on Immigration Policy and the Welfare State. Unpublished paper delivered at the Third European Conference on Immigration Policy and the Welfare State, Trieste, June 23. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300001

- Sasaki, E.; Assis, G. (2000). Teorias das migrações internacionais. XII Encontro Nacional da ABEP. GT de *Migração*. Sessão 3 – *A migração internacional no final do século*. Caxambu. Pp.19. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf
- SEF (2006) Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, acessado a 20 de Setembro de 2012 em http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2006.pdf.
- SEF (2010), Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, acessado a 20 de Setembro de 2012 em http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf
- Silveira Junior, C. A. (2007), Os rearranjos familiares em Bothelhos (MG) no contexto do movimento migratório Brasil - Estados Unidos, *Revista de Iniciação Científica da FFC*, pp. 194-205.
- Sousa, I. (2007). A integração de imigrantes brasileiras em Roma: conquistas e dificuldades, *Imaginário* - USP, vol. 13, nº 14, pp. 399-415.
- Todaro, M. P. (1969), A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos, *American Economic Review*, v. LIX, n. 1.
- VVAA (2005), *Relatório da comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais, As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Winters, A. (2003), The Economic Implications of Liberalising. Mode 4: Trade. Chapter 3 in *Bridging the Differences: Analyses of Five Issues of the WTO Agenda*. Jaipur, India: Consumer Unity Trust Society. 111-146
- Xavier, M.; Padilla B. (2009), *Migrações entre Portugal e América Latina*: Lisboa: Observatório da Imigração, 290 pp.

Lista de Quadros

Quadro 1. Inquiridos por sexo.

Quadro 2. Inquiridos por faixa etária.

Quadro 3. População de nacionalidade estrangeira e brasileira, 1981, 1991, 2001 e 2011. Portugal e Região de Lisboa, (nº).

Quadro 4. Taxa de variação da população com nacionalidade estrangeira e brasileira, 1981-2011, (%).

Quadro 5. Estrangeiros e brasileiros na Região de Lisboa no total da população estrangeira e brasileira residente em Portugal, 2001 e 2011 (%).

Quadro 6. Brasileiros por concelhos no total da população de nacionalidade brasileira residente na Região de Lisboa, 2001 (%).

Quadro 7. Brasileiros por concelhos no total da população de nacionalidade brasileira residente na Região de Lisboa, 2011 (%).

Quadro 8. População de naturalidade brasileira e de nacionalidade brasileira, 2011 (nº). Portugal, Região de Lisboa, Grande Lisboa, Península de Setúbal e seus concelhos.

Quadro 9. Naturais do Brasil, entrados em Portugal após 31 de Dezembro de 2005 no total de naturais do Brasil. Portugal, Região de Lisboa e seus concelhos (%).

Quadro 10. Proporção de naturais do Brasil, entrados em Portugal após 31 de Dezembro de 2009 no total de naturais do Brasil, entrados em Portugal nos últimos cinco anos antes do Recenseamento de 2011. Portugal, Região de Lisboa e seus concelhos (%)

Quadro 11: Qualificação académica da população brasileira com idade igual ou superior a 15 anos, 1991. Portugal.

Quadro 12: Qualificação académica da população brasileira com idade igual ou superior a 15 anos, 2001. Portugal.

Quadro 13: Qualificação académica da população brasileira com idade igual ou superior a 15 anos por sexo, 1991. Portugal

Quadro 14: Qualificação académica da população brasileira com idade igual ou superior a 15 anos, por sexo, 2001. Portugal.

Quadro 15. Condição perante o trabalho do total da população brasileira, por sexo, 1991. Portugal.

Quadro 16. Condição perante o trabalho do total da população brasileira, por sexo, 2001. Portugal

Quadro 17. Profissões da população brasileira activa, por sexo, 1991. Portugal.

Quadro 18. Profissões da população brasileira activa, por sexo, 2001. Portugal.

Lista de Figuras

Figura 1. Pirâmide etária da população de nacionalidade portuguesa, 2011.

Figura 2. Pirâmide etária da população de nacionalidade brasileira, 2011.

Figura 3. Intenção quanto à estadia em Portugal, por sexo.

Figura 4. Intenção quanto à estadia em Portugal, por idade.

Figura 5. Intenção quanto à estadia em Portugal, por estado civil.

Figura 6. Intenção quanto à estadia em Portugal por nacionalidade do cônjuge.

Figura 7. Intenção quanto à estadia em Portugal por década de chegada.

Figura 8. Intenção quanto à estadia em Portugal por nível de instrução.

Figura 9. Intenção quanto à estadia em Portugal por actividade profissional.

Figura 10. Intenção quanto à estadia em Portugal por nível de rendimento.

Figura 11. Intenção quanto à estadia em Portugal por nível de rendimento.

Figura 12. Intenção quanto à estadia em Portugal por razões de ter escolhido Portugal.

Figura 13. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com o sexo.

Figura 14. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com a idade.

Figura 15. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com o estado civil.

Figura 16. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com a nacionalidade do cônjuge.

Figura 17. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com Estado de nascimento.

Figura 18. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por Estado de partida.

Figura 19. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por década de chegada.

Figura 20. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por nível de instrução.

Figura 21. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por nível de rendimentos.

Figura 22. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por actividade profissional.

Figura 23. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por tipo de contrato de trabalho.

Figura 24. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com as razões da saída do Brasil.

ANEXO I. Questionário

Local do Inquérito: _____	
Data do Inquérito: _____	
Nacionalidade: <input type="checkbox"/> Brasileira <input type="checkbox"/> Brasileira e portuguesa <input type="checkbox"/> Brasileira e outra. Qual: _____	Estado de nascimento: _____ Cidade ou lugar onde nasceu: <input type="checkbox"/> Meio urbano <input type="checkbox"/> Meio rural Estado e cidade/lugar de onde partiu para o estrangeiro: _____ Ano de saída do BR: _____
Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	Ano de primeira chegada em Portugal: _____ Ano de última chegada em Portugal: _____
Idade: _____	Concelho de residência em PT: _____ Concelho de trabalho em PT: _____
Estado Civil: _____	

1. Nível de Instrução concluído:

BR	PT	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ensino Básico (6 aos 10 anos)
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ensino Fundamental (11 aos 15 anos)
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ensino Médio (16 aos 18 anos)
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ensino Superior
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Mestrado
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Doutoramento

2. Profissão actual ou última no caso de desempregado (o mais pormenorizada possível):

3. Ramo de actividade (o mais pormenorizado possível):

4. Situação quanto ao emprego:

() Empregado. A quanto tempo? _____

() Desempregado A quanto tempo? _____

Recebe subsídio de desemprego? Se sim, até quando? _____

5. Actual (se empregado) / Último (se desempregado) contrato de trabalho:

() Contrato efectivo

() Contrato a termo certo
Por quanto tempo? _____

() Prestação de serviços (recibo verde)
A quanto tempo trabalha a recibos verdes? _____

Tem tido trabalho continuamente ou ficou sem actividade temporariamente?

() Não

() Sim. Por quanto tempo? _____

Horas de trabalho por dia:

() Tempo inteiro – quantas horas? _____

() Tempo parcial. Quantas horas? _____

6. Rendimento mensal

() 1 salário mínimo	() Mais de 7 salários mínimos.	() Não possui rendimento fixo
() 2 a 4 salários mínimos		
() 5 a 7 salários mínimos		

7. Família (só levar em conta: cônjuge, filho/a, pais, irmãos)

7.1 Em Portugal

Sim

Não

Membro	Grau de parentesco	Idade	Nível de instrução atingido	Actividade*	Tipo de contrato**
1					
2					
3					
4					
5					

* Empregado/desempregado/estudante/doméstico(a)/outro tipo de inactivo

** Efectivo/A termo certo/Recibo verde

;

7.2. No Brasil

Não

Sim

Membro	Grau de parentesco	Idade	Nível de instrução atingido	Actividade*	Tipo de contrato**
1					
2					
3					
4					
5					

* Empregado/desempregado/estudante/doméstico(a)/outro tipo de inactivo

** Efectivo/A termo certo/Recibo verde

8. **Porquê decidiu sair do Brasil?** (cinco linhas com espaço 1,5 ou 2)

9. **Porquê escolheu Portugal?** (cinco linhas com espaço 1,5 ou 2)

10. **Porquê escolheu a região de Lisboa (Área Metropolitana)** (cinco linhas com espaço 1,5 ou 2)

11. **Pretende continuar a viver e trabalhar em Portugal?**

11.1. Sim.

Porquê? (cinco linhas com espaço 1,5 ou 2)

Por quanto tempo?

() Não.

11.2. Regressa ao Brasil. Porquê? (cinco linhas com espaço 1,5 ou 2)

Regressa com a família?

() sim. Toda? _____

() não

Para que Estado? _____

Porquê? (cinco linhas com espaço 1,5 ou 2)

11.3. Ir para outro país. Para qual? _____

Porquê? (cinco linhas com espaço 1,5 ou 2)

Vai com a família?

() Sim. Toda? _____

() Não

ANEXO II. Frequências das respostas às perguntas sobre o perfil demográfico e socioeconómico dos inquiridos.

Sexo dos Inquiridos.

Sexo		
Masculino	Feminino	Total
42,7%	57,3%	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Idade dos Inquiridos.

Idade					
18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55 ou mais	Total
17,6%	45,9%	9,5%	13,5%	13,5%	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Estado civil dos Inquiridos.

Estado civil			
Solteiro	Casado	Outros	Total
61,3%	33,3%	5,3%	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Nacionalidade do cônjuge dos Inquiridos.

Nacionalidade cônjuge			
NRINA	Portugues	Brasileiro	Total
66,7%	18,7%	14,7%	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Década de chegada dos Inquiridos.

Década chegada			
até anos 1990	anos 2000	anos 2010	Total
29,3%	49,3%	21,3%	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Nível de instrução dos Inquiridos.

Nível instrução				
BR secundário	BR superior	PT secundário	PT Superior	Total
48,0%	10,7%	8,0%	33,3%	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Actividade profissional dos Inquiridos.

Actividade profissional				
Trabalhador não qualificado	Trabalhadores dos serviços pessoais	Técnicos e Profissões de nível intermédio	Especialista das atividades intelectuais e científicas	Total
13,3%	62,7%	5,3%	18,7%	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Nível de rendimento dos Inquiridos.

Nível de rendimentos				
até 1 salário mínimo	2-4 salários	5-ou mais salários	Sem rendimento fixo	Total
37,3%	46,7%	5,3%	10,7%	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Razões de saída do Brasil dos Inquiridos.

Razões saída BR						
Continuação de estudos	Razões familiares	Maiores oportunidades de emprego, maior nível de rendimentos	Mudança de estilo de vida	Situação económica no Brasil	Melhor qualidade de vida no exterior	Total
32,0%	26,7%	22,7%	4,0%	1,3%	13,3%	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Razões de escolha de Portugal dos Inquiridos.

Razões de escolher PT						
Devido ao mesmo idioma	País natal do cônjuge e/ou familiar ou contacto	Melhor qualidade de vida	Boa qualidade educacional	Boa condição económica	Facilidade de entrada no país	Total
37,3%	29,3%	8,0%	4,0%	6,7%	14,7%	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

ANEXO III: QUADROS

Quadro referente a figura 3. Intenção quanto à estadia em Portugal por sexo.

		Intenção quanto à estadia em Portugal.					
		Pretende continuar a viver em Portugal		Não pretende continuar a viver em Portugal		Total	
Sexo	Masculino	24	75,0%	8	25,0%	32	100,0%
	Feminino	26	60,5%	17	39,5%	43	100,0%
	Total	50	66,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente a figura 4. Intenção quanto à estadia em Portugal por Idade.

		Intenção quanto à estadia em Portugal.					
		Pretende continuar a viver em Portugal		Não pretende continuar a viver em Portugal		Total	
Idade	18-24 anos	8	61,5%	5	38,5%	13	100,0%
	25-34 anos	21	61,8%	13	38,2%	34	100,0%
	35-44 anos	5	62,5%	3	37,5%	8	100,0%
	45-54 anos	7	70,0%	3	30,0%	10	100,0%
	55 ou mais	9	90,0%	1	10,0%	10	100,0%
	Total	50	66,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente a figura 5. Intenção quanto à estadia em Portugal por Estado civil.

		Intenção quanto à estadia em Portugal.					
		Pretende continuar a viver em Portugal		Não pretende continuar a viver em Portugal		Total	
Estado civil	Solteiro	28	60,9%	18	39,1%	46	100,0%
	Casado	19	76,0%	6	24,0%	25	100,0%
	Outros	3	75,0%	1	25,0%	4	100,0%
	Total	50	66,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente a figura 6. Intenção quanto à estadia em Portugal por Nacionalidade do cônjuge

		Intenção quanto à estadia em Portugal.					
		Pretende continuar a viver em Portugal		Não pretende continuar a viver em Portugal		Total	
Nacionalidade cônjuge	NR/NA	31	62,0%	19	38,0%	50	100,0%
	Portugues	12	85,7%	2	14,3%	14	100,0%
	Brasileiro	7	63,6%	4	36,4%	11	100,0%
	Total	50	66,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 7. Intenção quanto à estadia em Portugal por Década de chegada.

		Intenção quanto à estadia em Portugal.					
		Pretende continuar a viver em Portugal		Não pretende continuar a viver em Portugal		Total	
Década chegada	até anos 1990	18	81,8%	4	18,2%	22	100,0%
	anos 2000	23	62,2%	14	37,8%	37	100,0%
	anos 2010	9	56,2%	7	43,8%	16	100,0%
	Total	50	66,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 8. Intenção quanto à estadia em Portugal por Nível de instrução

		Intenção quanto à estadia em Portugal.					
		Pretende continuar a viver em Portugal		Não pretende continuar a viver em Portugal		Total	
Nível instrução	BR secundário	25	69,4%	11	30,6%	36	100,0%
	BR superior	4	50,0%	4	50,0%	8	100,0%
	PT secundário	6	100,0%	0	0,0%	6	100,0%
	PT Superior	15	60,0%	10	40,0%	25	100,0%
	Total	50	66,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 9. Intenção quanto à estadia em Portugal por Actividade profissional.

		Intenção quanto à estadia em Portugal.					
		Pretende continuar a viver em Portugal		Não pretende continuar a viver em Portugal		Total	
Ramo de actividade	Trabalhador não qualificado	7	70,0%	3	30,0%	10	100,0%
	Trabalhadores dos serviços pessoais	34	72,3%	13	27,7%	47	100,0%
	Técnicos e Profissões de nível intermédio	2	50,0%	2	50,0%	4	100,0%
	Especialista das atividades intelectuais e científicas	7	50,0%	7	50,0%	14	100,0%
	Total	50	66,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 10. Intenção quanto à estadia em Portugal por Nível de rendimento.

		Intenção quanto à estadia em Portugal.					
		Pretende continuar a viver em Portugal		Não pretende continuar a viver em Portugal		Total	
Nível de rendimentos	ate 1 salario minimo	17	60,7%	11	39,3%	28	100,0%
	2-4 salarios	24	68,6%	11	31,4%	35	100,0%
	5-ou mais salarios	4	100,0%	0	0,0%	4	100,0%
	Sem rendimento fixo	5	62,5%	3	37,5%	8	100,0%
	Total	50	66,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 11. Intenção quanto à estadia em Portugal por Razões de saída do Brasil.

		Intenção quanto à estadia em Portugal.					
		Pretende continuar a viver em Portugal		Não pretende continuar a viver em Portugal		Total	
Razões saída BR	1. Continuação de estudos	10	41,7%	14	58,3%	24	100,0%
	Razões familiares	18	90,0%	2	10,0%	20	100,0%
	Maiores oportunidades de emprego, maior nível de rendimentos	13	76,5%	4	23,5%	17	100,0%
	Mudança de estilo de vida	3	100,0%	0	0,0%	3	100,0%
	Situação económica no Brasil	1	100,0%	0	0,0%	1	100,0%
	Melhor qualidade de vida no exterior	5	50,0%	5	50,0%	10	100,0%
	Total	50	66,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 12. Intenção quanto à estadia em Portugal por Razões de escolher Portugal.

		Intenção quanto à estadia em Portugal.					
		Pretende continuar a viver em Portugal		Não pretende continuar a viver em Portugal		Total	
Razões de escolher PT	Devido ao mesmo idioma	20	71,4%	8	28,6%	28	100,0%
	País natal do cônjuge e/ou familiar ou contacto	15	68,2%	7	31,8%	22	100,0%
	Melhor qualidade de vida	3	50,0%	3	50,0%	6	100,0%
	Boa qualidade educacional	0	0,0%	3	100,0%	3	100,0%
	Boa condição económica	3	60,0%	2	40,0%	5	100,0%
	Facilidade de entrada no país	9	81,8%	2	18,2%	11	100,0%
	Total	50	66,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 13. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com o Sexo.

		Pretende continuar a viver e trabalhar em Portugal.															
		Tem boas condições no emprego		Adaptação Fácil		Razões familiares		Continuação de estudos e entrar no mercado de trabalho		Melhor qualidade de vida		Outros		NRINA		Total	
Sexo	Masculino	3	9,4%	3	9,4%	9	28%	1	3,1%	4	12,5%	4	12%	8	25%	32	100%
	Feminino	7	16,3%	2	4,7%	8	19%	4	9,3%	1	2,3%	4	9%	17	40%	43	100%
	Total	10	13,3%	5	6,7%	17	23%	5	6,7%	5	6,7%	8	11%	25	33%	75	100%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 14. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com a Idade.

		Pretende continuar a viver e trabalhar em Portugal.															
		Tem boas condições no emprego		Adaptação Fácil		Razões familiares		Continuação de estudos e entrar no mercado de trabalho		Melhor qualidade de vida		Outros		NRINA		Total	
Idade	18-24 anos	1	7,7%	0	0,0%	1	7,7%	3	23,1%	2	15,4%	1	7,7%	5	38,5%	13	100%
	25-34 anos	4	11,8%	2	5,9%	4	11,8%	2	5,9%	3	8,8%	6	17,6%	13	38,2%	34	100%
	35-44 anos	2	28,6%	1	14,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	14,3%	3	42,9%	7	100%
	45-54 anos	1	10,0%	0	0,0%	6	60,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	30,0%	10	100%
	55 ou mais	1	10,0%	2	20,0%	6	60,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	10,0%	10	100%
	Total	9	12,2%	5	6,8%	17	23,0%	5	6,8%	5	6,8%	8	10,8%	25	33,8%	74	100%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 15. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com o Estado civil.

		Pretende continuar a viver e trabalhar em Portugal.															
		Tem boas condições no emprego		Adaptação Fácil		Razões familiares		Continuação de estudos e entrar no mercado de trabalho		Melhor qualidade de vida		Outros		NRINA		Total	
Estado civil	Solteiro	3	6,5%	4	8,7%	5	10,9%	4	8,7%	5	10,9%	7	15,2%	18	39,1%	46	100%
	Casado	7	28,0%	1	4,0%	9	36,0%	1	4,0%	0	0,0%	1	4,0%	6	24,0%	25	100%
	Outros	0	0,0%	0	0,0%	3	75,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	25,0%	4	100%
	Total	10	13,3%	5	6,7%	17	22,7%	5	6,7%	5	6,7%	8	10,7%	25	33,3%	75	100%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 16. . Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com a Nacionalidade do cônjuge.

		Pretende continuar a viver e trabalhar em Portugal.															
		Tem boas condições no emprego		Adaptação Fácil		Razões familiares		Continuação de estudos e entrar no mercado de trabalho		Melhor qualidade de vida		Outros		NRINA		Total	
Nacionalidade de cônjuge	NRINA	3	6,0%	4	8,0%	8	16,0%	4	8,0%	5	10,0%	7	14,0%	19	38,0%	50	100%
	Portugues	6	42,9%	0	0,0%	6	42,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	14,3%	14	100%
	Brasileiro	1	9,1%	1	9,1%	3	27,3%	1	9,1%	0	0,0%	1	9,1%	4	36,4%	11	100%
	Total	10	13,3%	5	6,7%	17	22,7%	5	6,7%	5	6,7%	8	10,7%	25	33,3%	75	100%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 17. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com Estado de nascimento.

		Pretende continuar a viver e trabalhar em Portugal.															
		Tem boas condições no emprego		Adaptação Fácil		Razões familiares		Continuação de estudos e entrar no mercado de trabalho		Melhor qualidade de vida		Outros		NRINA		Total	
Estado de Nascimento	São Paulo	2	14,3%	1	7,1%	4	28,6%	2	14,3%	0	0,0%	1	7,1%	4	28,6%	14	100,0%
	Minas Gerais	0	0,0%	0	0,0%	5	26,3%	3	15,8%	0	0,0%	1	5,3%	10	52,6%	19	100,0%
	Bahia	2	28,6%	1	14,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	28,6%	2	28,6%	7	100,0%
	Outros estados do SE e Sul	3	16,7%	3	16,7%	6	33,3%	0	0,0%	3	16,7%	0	0,0%	3	16,7%	18	100,0%
	Outros estados do NE	2	22,2%	0	0,0%	1	11,1%	0	0,0%	2	22,2%	2	22,2%	2	22,2%	9	100,0%
	Estados do CE e Norte	1	12,5%	0	0,0%	1	12,5%	0	0,0%	0	0,0%	2	25,0%	4	50,0%	8	100,0%
	Total	10	13,3%	5	6,7%	17	22,7%	5	6,7%	5	6,7%	8	10,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 18. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por Estado de partida.

		Pretende continuar a viver e trabalhar em Portugal.															
		Tem boas condições no emprego		Adaptação Fácil		Razões familiares		Continuação de estudos e entrar no mercado de trabalho		Melhor qualidade de vida		Outros		NRINA		Total	
Estado BR de partida	São Paulo	4	14,3%	2	7,1%	6	21,4%	3	10,7%	0	0,0%	3	10,7%	10	35,7%	28	100,0%
	Minas Gerais	0	0,0%	0	0,0%	6	42,9%	2	14,3%	0	0,0%	1	7,1%	5	35,7%	14	100,0%
	Bahia	3	27,3%	1	9,1%	0	0,0%	0	0,0%	1	9,1%	2	18,2%	4	36,4%	11	100,0%
	Outros estados do SE e Sul	1	8,3%	2	16,7%	3	25,0%	0	0,0%	3	25,0%	0	0,0%	3	25,0%	12	100,0%
	Outros estados do NE	2	40,0%	0	0,0%	1	20,0%	0	0,0%	1	20,0%	0	0,0%	1	20,0%	5	100,0%
	Estados do CE e Norte	0	0,0%	0	0,0%	1	20,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	40,0%	2	40,0%	5	100,0%
	Total	10	13,3%	5	6,7%	17	22,7%	5	6,7%	5	6,7%	8	10,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 19. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por década de chegada.

		Pretende continuar a viver e trabalhar em Portugal.															
		Tem boas condições no emprego		Adaptação Fácil		Razões familiares		Continuação de estudos e entrar no mercado de trabalho		Melhor qualidade de vida		Outros		NRINA		Total	
Década chegada	até anos 1990	5	22,7%	2	9,1%	10	45,5%	1	4,5%	0	0,0%	0	0,0%	4	18,2%	22	100,0%
	anos 2000	5	13,5%	2	5,4%	5	13,5%	2	5,4%	2	5,4%	7	18,9%	14	37,8%	37	100,0%
	anos 2010	0	0,0%	1	6,2%	2	12,5%	2	12,5%	3	18,8%	1	6,2%	7	43,8%	16	100,0%
	Total	10	13,3%	5	6,7%	17	22,7%	5	6,7%	5	6,7%	8	10,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 20. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por nível de instrução.

		Pretende continuar a viver e trabalhar em Portugal.															
		Tem boas condições no emprego		Adaptação Fácil		Razões familiares		Continuação de estudos e entrar no mercado de trabalho		Melhor qualidade de vida		Outros		NRINA		Total	
Nível instrução	BR secundário	3	8,3%	0	0,0%	9	25,0%	4	11,1%	3	8,3%	6	16,7%	11	30,6%	36	100,0%
	BR superior	1	12,5%	2	25,0%	1	12,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	50,0%	8	100,0%
	PT secundário	1	16,7%	1	16,7%	4	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
	PT Superior	5	20,0%	2	8,0%	3	12,0%	1	4,0%	2	8,0%	2	8,0%	10	40,0%	25	100,0%
	Total	10	13,3%	5	6,7%	17	22,7%	5	6,7%	5	6,7%	8	10,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 21. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por nível de rendimentos.

		Pretende continuar a viver e trabalhar em Portugal.															
		Tem boas condições no emprego		Adaptação Fácil		Razões familiares		Continuação de estudos e entrar no mercado de trabalho		Melhor qualidade de vida		Outros		NRINA		Total	
Nível de rendimentos	ate 1 salario minimo	0	0,0%	1	3,6%	5	17,9%	3	10,7%	3	10,7%	5	17,9%	11	39,3%	28	100,0%
	2-4 salarios	7	20,0%	3	8,6%	10	28,6%	0	0,0%	1	2,9%	3	8,6%	11	31,4%	35	100,0%
	5-ou mais salarios	3	75,0%	1	25,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	100,0%
	Sem rendimento fixo	0	0,0%	0	0,0%	2	25,0%	2	25,0%	1	12,5%	0	0,0%	3	37,5%	8	100,0%
	Total	10	13,3%	5	6,7%	17	22,7%	5	6,7%	5	6,7%	8	10,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente à Figura 22. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por ramo de actividade.

		Pretende continuar a viver e trabalhar em Portugal.															
		Tem boas condições no emprego		Adaptação Fácil		Razões familiares		Continuação de estudos e entrar no mercado de trabalho		Melhor qualidade de vida		Outros		NRINA		Total	
Ramo de actividade	Trabalhador não qualificado	0	0,0%	0	0,0%	4	40,0%	1	10,0%	1	10,0%	1	10,0%	3	30,0%	10	100,0%
	Trabalhadores dos serviços pessoais	5	10,6%	3	6,4%	11	23,4%	4	8,5%	4	8,5%	7	14,9%	13	27,7%	47	100,0%
	Técnicos e Profissões de nível intermédio	2	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	50,0%	4	100,0%
	Especialista das atividades intelectuais e científicas	3	21,4%	2	14,3%	2	14,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	7	50,0%	14	100,0%
	Total	10	13,3%	5	6,7%	17	22,7%	5	6,7%	5	6,7%	8	10,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente a Figura 23. Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal por tipo de contrato de trabalho.

		Pretende continuar a viver e trabalhar em Portugal.															
		Tem boas condições no emprego		Adaptação Fácil		Razões familiares		Continuação de estudos e entrar no mercado de trabalho		Melhor qualidade de vida		Outros		NRINA		Total	
Tipo de contrato de trabalho	Efectivo	8	15,4%	4	7,7%	13	25,0%	2	3,8%	4	7,7%	6	11,5%	15	28,8%	52	100,0%
	Outro	2	8,7%	1	4,3%	4	17,4%	3	13,0%	1	4,3%	2	8,7%	10	43,5%	23	100,0%
	Total	10	13,3%	5	6,7%	17	22,7%	5	6,7%	5	6,7%	8	10,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.

Quadro referente a Figura 24. . Razões dos inquiridos para continuar a viver em Portugal de acordo com as razões da saída do Brasil.

		Pretende continuar a viver e trabalhar em Portugal.															
		Tem boas condições no emprego		Adaptação Fácil		Razões familiares		Continuação de estudos e entrar no mercado de trabalho		Melhor qualidade de vida		Outros		NRINA		Total	
Razões saída BR	1. Continuação de estudos	2	8,3%	2	8,3%	2	8,3%	0	0,0%	3	12,5%	1	4,2%	14	58,3%	24	100,0%
	Razões familiares	5	25,0%	2	10,0%	9	45,0%	0	0,0%	1	5,0%	1	5,0%	2	10,0%	20	100,0%
	Maiores oportunidades de emprego, maior nível de rendimentos	1	5,9%	0	0,0%	3	17,6%	2	11,8%	1	5,9%	6	35,3%	4	23,5%	17	100,0%
	Mudança de estilo de vida	0	0,0%	1	33,3%	0	0,0%	2	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	100,0%
	Situação económica no Brasil	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
	Melhor qualidade de vida no exterior	2	20,0%	0	0,0%	2	20,0%	1	10,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	50,0%	10	100,0%
	Total	10	13,3%	5	6,7%	17	22,7%	5	6,7%	5	6,7%	8	10,7%	25	33,3%	75	100,0%

FONTE: inquérito a imigrantes brasileiros na AML, Julho-Agosto de 2012. Elaboração própria.